

CLIPPING SEMANAL DE MINERAÇÃO 11 a 16 de agosto de 2014

(Coordenação: Karen C. Nasser de F. Borges, Ad Hoc Consultores Associados Ltda)

DESTAQUES DA SEMANA

O noticiário semanal traz duas matérias que queremos destacar. A primeira dando conta da importância que o início da mineração de Vanádio teve para uma pequena comunidade da Bahia, que “há muito esperava o início da exploração do seu subsolo”. A segunda, reproduzindo a declaração do relator do famigerado novo marco Legal da Mineração de que “a demora em se votar o projeto está prejudicando a mineração brasileira”.

A leitura das duas matérias revela que mais do que o impacto positivo na comunidade, o fato mais relevante da história da exploração do vanádio de Maracás é que sua exploração só foi possível graças à criatividade e o acesso ao financiamento de uma empresa júnior, de origem estrangeira, embora o depósito tenha, primeiro, passado pelas mãos de uma companhia estatal e, depois, de uma das maiores empresas brasileiras.

Ora porque uma pequena empresa estrangeira teve sucesso onde falharam o poder onipresente do Estado e uma das mais poderosas e eficientes empresas brasileiras?

Aparentemente, o “timing” do mercado parece ter favorecido a empresa júnior que, finalmente, conseguiu viabilizar um empreendimento dotado de valor econômico e interesse social incontestáveis. Um olhar atento perceberá, no entanto, que por trás do fracasso daqueles aparentemente mais aptos, em contraste com o sucesso de um agente de menor porte e com menos recursos financeiros, encontram-se dois parâmetros: o objetivo do projeto e a capacidade de acessar recursos a baixo custo.

A questão do objetivo, ou interesse por trás do projeto, diz respeito ao que se busca realizar através do empreendimento, enquanto a capacidade de se acessar recursos a custos mais baixos refere-se aos mecanismos que permitem uma alocação de capital à diferentes custos de oportunidade. O primeiro decorre da tendência dos projetos estatais em ter seus objetivos distorcidos por interesses alheios à natureza dos empreendimentos econômicos, os quais, sejam de natureza político-ideológica, corporativista ou pessoal-patrimonialista (corrupção), resultam em desastres que combinam ineficiência econômica, baixa produtividade e degradação ambiental, ou simplesmente, sequer chegam a sair do papel.

O segundo deve-se à impossibilidade de se financiar projetos no Brasil a custos de capital compatíveis com o mercado internacional, atraindo capitais nacionais, seja pela alta taxa de juros interna (que influencia o custo de oportunidade), seja pela inexistência de um mercado de capitais confiável. O resultado é que empresas estrangeiras conseguem recursos a preços mais baixos em mercados melhor informados e mais seguros que o brasileiro, sendo, por isso, mais capazes que as empresas nacionais de

captar recursos de risco com taxas de retorno razoáveis, acessando projetos inacessíveis o desinteressantes aos investidores domésticos. O resultado da combinação nefasta entre as taxas de juros astronômicas do mercado interno e a falta de confiança nos mercados de capital brasileiro é a nossa quase total dependência do capital estrangeiro para se desenvolver projetos que envolvam altas taxas de risco e longos prazos de maturação, como é caso dos projetos de mineração.

Em conseqüência, resta ao Brasil beneficiar-se apenas da parte menos relevante dos benefícios obtidos por esses projetos: empregos, renda e algum acréscimo de infraestrutura para comunidade local, além de tributos para o governo. Os benefícios mais importantes: o lucro e a capacidade de reinvesti-lo em novos empreendimentos, capacitação tecnológica, expansão e diversificação de negócios são apropriados por agentes externos. Ao fim e ao cabo, para o Governo, a produção de minério destina-se apenas à geração de empregos e tributos, duas fontes de receitas incapazes de alavancar o crescimento econômico e o aumento da produtividade, pois aqueles são inversamente proporcionais a estas.

Uma das razões para esse vezo nefasto está nos fundamentos que no levaram a escolher nosso segundo destaque semanal: a declaração do relator de que a demora na votação do projeto do Novo Marco Legal estaria comprometendo a atratividade do nosso Setor Mineral.

Tal declaração, embora verdadeira, não reflete a verdade integral. De fato, o que realmente está prejudicando o desenvolvimento do Setor Mineral Brasileiro, muito mais que a indefinição quanto à votação do Novo Marco Legal, são a forma e o conteúdo da proposta apresentada pelo Governo. Fruto da idéia de que a mineração brasileira precisa de mudanças que permitam uma “regulação” capaz de “enquadrar o mercado”, impedindo a “especulação” e “destinando uma maior parcela do lucro da atividade para a sociedade, por meio do aumento da carga fiscal”, a proposta em si é uma “arma de destruição em massa de investimentos”, pois, reforça exatamente o colossal equívoco de que os ganhos do Setor Mineral devem ser traduzidos em mais tributos e mais empregos no próprio setor, quando na verdade, o maior benefício vem justamente da agregação de outros valores econômicos na sociedade pela iniciativa privada, quais sejam: maior produtividade, empreendedorismo, diversificação e expansão de negócios, os quais, diante da priorização do tributo e do emprego no setor serão prejudicados. O que leva à conclusão de que a mudança que a mineração precisa para contribuir com o Desenvolvimento Sustentável do Brasil, na justa medida de seu potencial, é justamente o oposto: mais empreendedorismo, maior produtividade e tecnologia, maior diversificação de negócios e agentes econômicos, menos tributos e intervenção estatal no negócio.

Se não for assim, melhor deixar como está, pois pelo menos vinha funcionado muito bem, por décadas. Que o digam os prefeitos, vereadores e as comunidades de municípios como Maracá, Itabira, Parauapebas, Minaçu, Crixás, Paracatu e de tantas outras regiões que têm grandes minas em seus território; ou, se não, que apresentem

provas concretas de que, sem a mineração, seus municípios estariam com um IDH mais alto ou com melhores condições de emprego, renda e infra-estrutura. Esse veredito é que deveria nortear a ação do Estado tanto no que se refere à ampliação ou a limitação do número de agentes econômicos atuando na mineração, quanto ao nível de apropriação pelo Estado.

A mineração precisa de mudanças que aumentem o incentivo, o interesse e o acesso dos investidores e dos empreendedores privados aos recursos do subsolo; precisa de energia mais barata e limpa; de mais liberdade e menos burocracia para investir em redes de logística e infra-estrutura; de suporte ambiental em vez de antagonismo ambiental; de mais protagonistas privados do que estatais; enfim, de governança inteligente em vez de intervencionismo. Qualquer proposta que não enfoque essas necessidades é, mais uma vez, a ratificação do já conhecido pacto patrimonialista celebrado entre a burocracia e a politicagem que vem, há décadas, prejudicando o desenvolvimento nacional.

Luciano de Freitas Borges – Ad Hoc Consultores Associados Ltda.

1-11/08/2014

Prejuízo da AngloGold cai 96,3% no 2º trimestre com maior

Por **Renato Rostás | Valor**

SÃO PAULO - A produtora de ouro AngloGold, sediada na África do Sul, conseguiu reduzir seu prejuízo líquido em 96,3% no segundo trimestre, perante as perdas registradas no mesmo período de 2013. O resultado ficou negativo em US\$ 80 milhões entre abril e junho deste ano.

A companhia informou em seu balanço, publicado nesta segunda-feira, que a receita líquida terminou os três meses em US\$ 1,36 bilhão, alta de 4,4% sobre as mesmas bases de comparação. A empresa elevou em 17,4% sua produção de ouro, para 1,1 milhão de onças, e vendeu 1,09 milhão de onças, 19,3% a mais.

Segundo relatório de desempenho, o início de operações em duas minas com minério de maior pureza permitiram que o volume extraído crescesse acima da meta. Além disso, durante o período o grupo conseguiu cortar gastos na proporção que esperava inicialmente.

Os custos de vendas subiram 5,1% e somaram US\$ 1,06 bilhão, mas, ao mesmo tempo, as despesas com exploração e avaliação recuaram 58,2%, para US\$ 33 milhões, e com questões administrativas foram reduzidas em 64,9%, para US\$ 20 milhões. Ajudou também a última linha do balanço o fato de, no ano passado, a companhia ter realizado baixa contábil de US\$ 2,98 bilhões, perda que não foi registrada em 2014.

No Brasil, a AngloGold disse ter elevado em 15,8% sua produção, para 88 mil onças, mas o volume poderia ter sido maior, não fosse a parada em minas de melhor qualidade. Problemas geológicos levaram a um corte de 6% na produção em Cuiabá.

Além disso, a empresa também informou hoje que as operações nas minas de Noligwa e Moab Khotsonq, ambas na África do Sul, começam a ser retomadas nesta segunda-feira, depois que um terremoto de magnitude 5,3 foi sentido na região. “Vai levar algum tempo para retomar o ritmo anterior de produção”, comentou, em nota, o diretor operacional do grupo, Mike O’Hare.

2-11/08/2014

Uma pequena revolução para Maracás

Por **Talita Moreira | De Maracás (BA) e São Paulo**

O slogan "cidade das flores e do vanádio", adotado pela prefeitura, não deixa dúvidas da expectativa que se instalou em Maracás com o início da produção do minério por ali.

O município baiano de 24 mil habitantes, localizado 365 km a oeste de Salvador, sempre viveu da produção agrícola e do setor público. Boa parte de sua população mais pobre depende dos recursos do Bolsa Família.

Por isso, a chegada da Vanádio de Maracás representou uma pequena revolução para os moradores da cidade. Rapidamente, ocupou o posto de maior empresa da região, com 171 funcionários diretos e 80 terceirizados.

Marys Morbek, de 28 anos, trocou o emprego de assessora parlamentar que tinha na Câmara Municipal de Maracás por uma vaga na mineradora, mesmo tendo de percorrer um trajeto de 50 quilômetros para chegar à empresa. "Foi a realização de um sonho", afirma. "A cidade se estruturou melhor depois da chegada da Vanádio."

Maracás viveu durante décadas a expectativa de que, um dia, o potencial de seu solo seria explorado. O depósito mineral da região foi confirmado no anos 80 pela Companhia Baiana de Produção Mineral (CBPM) e pela Caemi, posteriormente adquirida pela Vale. As pesquisas foram retomadas anos mais tarde em parceria com a Odebrecht.

Porém, naquela época, o uso do vanádio era pouco disseminado e o mercado era muito concentrado. Anos mais tarde, o minério de alta resistência ganharia importância na produção de aços especiais - com aplicações que vão de vergalhões à indústria aeronáutica.

Nos anos 2000, a canadense Largo Resources comprou o controle da mina e, em 2007, ficou com as participações remanescentes da Vale e da Odebrecht. Porém, não tinha recursos para explorar os recursos. A sorte mudou quando a companhia fechou acordo

com a Glencore para vender 100% da produção. A partir daí, foi possível levantar capital para o projeto.

Maracás tem chamado a atenção da indústria porque os depósitos da região têm o minério de ferro com maior teor de vanádio do mundo, ou 1,34% da massa. Ao mesmo tempo, as reservas têm baixo conteúdo de sílica. Essas duas características tornam a produção mais eficiente.

Kurt Menchen, diretor-executivo da Largo Resources, afirma que a expectativa é que a Vanádio de Maracás produza 800 toneladas por mês. A primeira fase do projeto tem reservas de 13,1 milhões de toneladas, suficientes para 13 anos de produção.

No entanto, a companhia já tem planos de expansão para mais 30 anos, baseada em indicativos de reservas adicionais. A Vanádio de Maracás ocupa 4,4 mil hectares em terras que pertenciam ao ex-banqueiro Ângelo Calmon de Sá.

"O uso de vanádio está se disseminando na construção civil por causa da resistência que ele dá às estruturas", diz Menchen. Segundo o executivo, o consumo do minério cresce acima que o de aço, cuja taxa de expansão é de 5,5% ao ano.

A expectativa da Largo Resources é que a Vanádio de Maracás alcance US\$ 120 milhões de receita líquida por ano, com margem operacional de 40%.

3-11/08/2014

Mina na Bahia tem 'project finance' puro

Por **Talita Moreira | De Maracás (BA) e São Paulo**

Era 1998 quando Ubiratan Moura deixou Salvador e voltou a Maracás (BA), sua cidade natal, movido pela esperança de trabalhar em uma mina que, contava seu pai, seria aberta ali.

O projeto demorou a vingar e Moura passou os anos seguintes ganhando a vida como transportador de melancias até que, em 2010, a Vanádio de Maracás começou a sair do papel. A companhia vai investir na produção de vanádio, minério com alta resistência a choques e à corrosão.

"Há muito tempo se ouvia falar no projeto de uma mina. Descobriram o minério nos anos 70 e meu pai trabalhou na geofísica e sempre falava que um dia as coisas iam acontecer", afirma Moura, que hoje trabalha o laboratório da Vanádio de Maracás.

"Muita gente desistiu, mas deu certo."

Controlada pela canadense Largo Resources, a Vanádio de Maracás foi erguida a partir de uma estrutura de financiamento complexa e pouco comum no Brasil: o project finance "puro". Nessa modalidade, os riscos de implantação são isolados no projeto e, em caso de inadimplência ou não conclusão das obras, não se pode recorrer aos acionistas.

A essência do project finance - modelo de financiamento usado para viabilizar obras de infraestrutura - é que o pagamento da dívida venha do fluxo de caixa futuro do projeto em construção. A ideia é que os riscos fiquem limitados à sociedade de propósito específico criada para abrigar a operação. Na prática, porém, o que se vê no mercado brasileiro é um modelo híbrido, em que os acionistas oferecem garantias bancárias de forma a reduzir custos.

Estruturas como a da Vanádio de Maracás, sem possibilidade de recurso aos acionistas, representam menos de 10% do total de operações de project finance no Brasil, estimam executivos de bancos que atuam na área. A expectativa, porém, é que a prática se torne mais frequente à medida que se esgotarem as fontes tradicionais de financiamento ao setor.

Embora seja mais caro, o grande atrativo desse modelo é que ele não afeta os limites de crédito das companhias. Num momento em que grandes grupos têm investido em vários projetos de infraestrutura, limitar riscos e evitar dívidas adicionais podem ser medidas necessárias.

No caso da mineradora, o que permitiu que a operação fosse fechada dessa forma foi um colchão de garantias que permite o acesso dos credores aos recursos oriundos da operação.

"Se não fossem as garantias oferecidas aos bancos e se o projeto da empresa não estivesse bem elaborado, esse modelo não teria sido possível", diz Gabriela Denadai, superintendente de project finance do Itaú BBA para mineração e indústria.

A instituição foi responsável por estruturar a transação, que partiu praticamente do zero para levantar os US\$ 275 milhões necessários ao projeto. A Largo Resources, fundada em meados 2000 pelo canadense Mark Brennan, não tinha capital para bancá-lo. Listada como companhia pré-operacional, havia investido na compra de direitos minerários ao redor do mundo - inclusive em Maracás - os US\$ 20 milhões captados na Bolsa de Valores de Toronto.

Para contornar a limitação, a Largo costurou um aporte de fundos de investimento, que lhe permitiu entrar com US\$ 110 milhões de capital próprio no projeto. Os US\$ 165 milhões restantes vieram de empréstimos tomados sobretudo junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e garantidos por Itaú BBA, Banco Votorantim e Bradesco BBI.

Dois fatores foram cruciais para se chegar a uma estrutura em que os riscos da fase de construção fossem limitados ao próprio projeto, afirma Gabriela. O primeiro é um contrato de venda de 100% da produção para a Glencore Xstrata por seis anos. O segundo é um conjunto de contragarantias - como máquinas, ações e direitos minerários - oferecidas aos bancos.

O financiamento também foi atrelado a exigências socioambientais, como a destinação adequada dos rejeitos do processo de mineração e o reflorestamento da vegetação típica da caatinga.

A Vanádio de Maracás foi inaugurada oficialmente no fim de maio com a expectativa de produzir 800 toneladas por mês.

O modelo de financiamento adotado pela mineradora, com proteção dos acionistas, também tem sido usado em projetos de energia eólica. São casos em que os contratos são bem estruturados e demandam baixo volume de investimentos.

"Não se vê esse desenho em obras de grandes volumes. Para isso, precisaria haver mais bancos atuando", diz Mauro Albuquerque, superintendente-executivo de project finance do Santander. Segundo ele, o banco tem atuado dessa maneira em alguns empreendimentos de energia.

A expectativa de Albuquerque é que, nos próximos cinco anos, o project finance "puro" ganhe espaço e chegue a um patamar de 20% a 25% do total de operações.

Como não se trata de uma solução aplicável a todos os casos, nem mesmo em mercados mais maduros, alguns bancos têm apostado suas fichas em uma solução mais simples. A saída encontrada por eles não usa crédito corporativo, mas também não isenta totalmente os acionistas de bancar riscos da operação.

São os chamados acordos de suporte dos acionistas (ESA, na sigla em inglês). Esse instrumento define em quais circunstâncias específicas a empresa tem de colocar mais dinheiro no projeto. É diferente de um aval, com o qual a companhia pode ser acionada em qualquer situação em que haja necessidade de mais recursos.

"O ESA é um recurso para situações em que há mais incertezas", observa o chefe de mercados de capitais e renda fixa do BTG Pactual, Daniel Vaz. "Se a empresa tiver que dar aval para tudo, chega um momento em que pesa no rating."

Quase inexistente há três anos, o ESA tem sido usado em um número crescente de contratos. "Os bancos aos poucos vão ficando mais confortáveis e conhecendo melhor os riscos desse instrumento", afirma Vaz. Segundo ele, o BTG já adotou esse recurso em dois projetos de energia e tem outras operações em desenvolvimento.

A adoção do ESA também é vista como uma tendência por Rui Gomes, responsável pela área de project finance do Bradesco BBI.

Para Gomes, a necessidade crescente de investimentos em infraestrutura vai levar a um aprimoramento do mercado de project finance no Brasil, tornando-o mais próximo das práticas internacionais. A contratação de seguro-garantia, a elaboração dos contratos com mais clareza sobre a alocação de riscos e adoção de consultorias especializadas são

temas que, segundo ele, terão de ser debatidos nos próximos anos. "Mas é uma agenda que interessa a todos. Estamos muito otimistas."

4-11/08/2014

Novo governo na Nova Caledônia cancela acordo de exploração de níquel com a Vale
Província, que detém cerca de um quarto das reservas mundiais conhecidas do metal,
quer um futuro sem minas
POR REUTERS

SYDNEY - O novo presidente da província sul da Nova Caledônia cancelou um acordo com a Vale e outra produtora de níquel para explorar uma grande reserva de minério, relatou uma rádio da Nova Zelândia nesta sexta-feira. Philippe Michel disse que o memorando de entendimento com o grupo minerador francês Eramet e com a brasileira é ilegal em cinco aspectos, de acordo com relato da Rádio Nova Zelândia.

Os comentários de Michel ocorrem em um momento em que o território revisa as leis minerais seguindo as mudanças de liderança e um salto nos preços do níquel de 35% neste ano, depois que a Indonésia proibiu exportações do minério em janeiro.

Michel disse à Reuters em junho que a ilha do sul do Pacífico precisa se planejar para o futuro sem as minas de níquel e que iria introduzir um tributo de exportação ligado ao preço do níquel para criar um futuro fundo.

Segundo o relato da rádio, o empreendimento iria explorar as reservas de níquel Prony e Pernod no sul da ilha principal ao longo de quatro anos. As estimativas são de que elas contenham 3 milhões de toneladas de níquel a serem extraídas ao longo de 50 anos.

A Nova Caledônia, na costa nordeste da Austrália, detém cerca de um quarto das reservas mundiais conhecidas de níquel e emprega mais de 6 mil pessoas no processamento do minério. As minas de níquel representam cerca de 20% da produção econômica do território governado pela França, segundo dados oficiais.

O processamento do níquel se tornou uma bandeira para alguns grupos locais devido aos danos ambientais. Mais cedo neste ano, um vazamento químico levou a distúrbios que fecharam a mina de níquel Goro, da Vale, por cerca de um mês.

A Vale não quis comentar o assunto, afirmando que se trata de uma questão local e que a equipe da empresa e as autoridades vão chegar a uma solução.

Em abril de 2014, a Vale, a Eramet e o governo da Província Sul da Nova Caledônia assinaram um acordo para exploração, estudo e beneficiamento do níquel das reservas de Prony e Pernod. Foi criada uma joint-venture, em que o governo tem 34% e as duas empresas, 33% cada.

5-11/08/2014

Mina no México contamina rio que abastece sete cidades



Uma mina do estado mexicano de Sonora (noroeste) contaminou um rio com milhares de metros cúbicos de substâncias tóxicas, deixando sete municípios com restrições no abastecimento de água - incluindo a capital estadual, Hermosillo -, informaram autoridades locais, neste domingo.

Na última quinta-feira, 7 de agosto, uma mina do município de Cananea registrou um "derramamento de 40.000 metros cúbicos de ácido sulfúrico", que contaminaram o rio Bacanuchi, afluente do rio Sonora, de 420 km de extensão, informou a Procuradoria Federal de Proteção ao Meio Ambiente (Profepa, na sigla em espanhol) em um comunicado.

O rio Sonora fica no estado de mesmo nome.

Depois da contaminação, as águas do rio ficaram de cor alaranjada, como mostraram as imagens da imprensa mexicana. Ainda segundo os jornais da região, o derramamento já causou a morte de peixes e de gado e afeta os produtores locais de leite.

A Comissão Nacional da Água informou que o abastecimento está restrito em sete municípios por onde passa o rio afetado. Já a Profepa ordenou à empresa mineradora Buenavista del Cobre, que faz parte do Grupo México, que "aplique um plano de contenção total".

Agora, as autoridades avaliam os processos legais possíveis contra a mineradora responsável pelo derramamento.

Responsável por 27% do total da mineração no México, Sonora é o principal produtor de ouro, cobre, grafite, wollastonita, carvão antracítico e molibdênio do país.

6-11/08/2014

Sol Mineração vai investir mais de 166 milhões de euros em Tete

A companhia queniana Sol Mineração Moçambique vai investir mais de 166 milhões de euros na exploração de carvão na província de Tete. O acordo ficou selado com a assinatura de um contrato de concessão entre a companhia e a ministra dos Recursos Naturais, Esperança Bias. A governante explicou que a concessão terá a duração de 25 anos.

Da nossa parte, como governo, vamos continuar a prestar o apoio necessário para que a operação mineira deste projeto seja proveitosa. A assinatura do contrato é uma indicação da confiança em Moçambique», sublinhou.

Fonte: Infomine

7-11/08/2014

CBMINA promoveu discussões de Recursos e Reservas Minerais e marco regulatório

O 8º CBMINA – Congresso Brasileiro de Mina a Céu Aberto e Congresso Brasileiro de Mina Subterrânea – recebeu, no último dia 7, nomes renomados do mercado da mineração mundial. Norman Lock, geólogo e PhD, e Augusto Mendonça, consultor, vieram para apresentar suas perspectivas sobre economia mineral, abordando recursos e reservas. Já Edmundo Tulcanaza, presidente do Committee for Mineral Reserves International Reporting Standards (CRIRSCO), apresentou o relatório público de recursos e reservas minerais da entidade.

O consultor Augusto Mendonça abriu o workshop falando sobre a necessidade de atualização das normas, de estimativas e classificação de recursos e reservas. De acordo com ele, atualizar não se trata de uma questão nova, porém ela mantém-se muito importante. “O tema está na base de todo o desenvolvimento do setor mineral. Todo o valor da mineração deriva da disponibilidade de minério, o que não pode ser tratado como uma questão acessória”, defendeu.

O segmento da mineração envolve diversas partes interessadas, sejam elas os governos, agências reguladoras, mercados de capitais, investidores ou consumidores que dependem, de uma forma ou de outra, de estimativas confiáveis sobre os recursos ou reservas, com o objetivo de avaliar as condições de suprimento de bens minerais, definir políticas públicas, valorar empresas e tomar decisões de investimentos.

Reforma no Código Brasileiro

Mendonça defende uma reforma no código brasileiro, uma vez que ele não considera recursos minerais e que a indústria brasileira vive de descobertas feitas nos últimos 40 anos. A fase de pesquisa mineral objetiva apenas a descoberta de novas jazidas. A definição de reservas só deve ser feita na fase de análise de viabilidade técnica e econômica”, afirmou. Em função destas questões, ocorrem deficiências nos quesitos transparência, materialidade dos relatórios e nas diretrizes técnicas para elaboração dos estudos de viabilidade e classificação de recursos e reservas.

O Novo Marco Regulatório da Mineração objetiva incentivar o crescimento da mineração no país. “O Marco já possui algo entre 380 a 400 emendas que não sabemos de onde estão vindo os conceitos. A nossa maior preocupação é que precisamos de desenvolvimento e um ordenamento prático e claro que consiga conversar internacionalmente”.

Conformidade

Segundo Norman Lock, a questão de conformidade na indústria de mineração engloba vários fatores, mas um deles é considerado primordial, a apresentação de relatórios técnicos consistentes e com embasamento para os envolvidos neste segmento. “Você deve ser capaz de demonstrar claramente que nenhum dos problemas mencionados existem, e que o segmento está em conformidade com os códigos e regulamentos aplicáveis”, explicou.

Entretanto, muitas empresas enfrentam dificuldades inerentes a este tipo de trabalho, como falhas no planejamento inicial, falta de demonstrabilidade, contaminação e falta de um banco de dados de exploração. Normalmente, nestes casos, os projetos apresentam problemas que não os tornam aptos a conseguir financiamentos para sua execução por causa da demonstrabilidade. “Tem que fazer o trabalho de casa e demonstrar o que se pode fazer”.

Para que o projeto alcance um nível mais elevado é necessário que haja um estudo de viabilidade que levará em conta fatores como o país, a posse da terra, ambiente financeiro, dados de exploração, estudos ambientais, investigações geotécnicas e hidrológicas, aspectos socioeconômicos e o custo operacional.

Todos os projetos possuem os seus riscos. Os principais vão dos técnicos, passando pela produção, políticos, ambientais e financeiros. Lock orienta que é de extrema importância que a economia de um projeto seja baseada em dados que passem segurança para a realização do projeto, fator que influenciará no sucesso ou não do empreendimento.

Relatório

Até a década de 1990 a mineração era de interesse apenas de investidores e empresas. Atualmente, vários grupos diferentes estão interessados em compartilhar os benefícios dos recursos minerais como motores para o desenvolvimento e crescimento das economias emergentes. Essa reavaliação tem interessado aos estados, governos, empresas, investidores, comunidades e trabalhadores, com o objetivo de conhecer as vantagens e os danos desses novos ciclos da economia mundial.

São muitos os grupos que se mantêm atentos com as informações obtidas a partir do desenvolvimento desses recursos. Informações que resultam no potencial dos recursos naturais, seus desafios, seus fluxos e as parcelas que podem ser acessadas por eles. “Por esta razão todos querem ficar bem informados sobre os recursos naturais. Vivemos um novo paradigma e temos que tomar cuidado com esta nova condição na qual vivemos”, alertou Edmundo Tulcanaza, presidente da CRIRSCO.

Riscos

Em todas as etapas do processo de mineração é necessário lidar com incertezas e riscos. Para Tulcanaza, quando se está na fase de exploração existem muitas incertezas, com informações fragmentadas. “É importante que sejam construídos modelos, mas isso pode levar até anos para que se concretize. De cada mil prospecções, apenas uma ou duas se tornam uma mina. Os fracassos acontecem e não são raros em grandes Companhias”, alertou.

Um dos exemplos citados pelo dirigente é o caso da Kinross que, segundo ele, sofreu com fracassos e perdeu muito capital no mercado. Outro exemplo foi a McMoRan, onde muitas pessoas perderam seus fundos de ações. “Às vezes ocorrem erros, desvios e expectativas não atingidas após a viabilidade. Além disso, também ocorrem fraudes, como no caso da Bre-X. Por causa destas questões as bolsas passaram a solicitar geocientistas para tentar amenizar os impactos”, explicou.

Os processos têm que ser feitos passo a passo, com todas as fases e todas as tarefas operacionais. De acordo com Tulcanaza, as incertezas precisam ser reduzidas com o passar do tempo. Por isso é imprescindível que sempre seja feito um relatório completo para que as adversidades possam ser enfrentadas com base em dados sólidos. “O objetivo é reduzir as incertezas e os riscos. Desta forma se progride de recursos até as reservas”.

A norma CRIRSCO exige um relatório estritamente com base na mineração e metalurgia, com dados e modelos totalmente suportada e certificada por pessoas competentes, para registrar com transparência, bases materiais, conhecimentos, princípios éticos e um julgamento bem equilibrado. Uma vez que os relatórios certificados irão passar pela bolsa de valores, reguladores, entidades governamentais, sociais, comunidades, dentre outros. “O Relatório Público deve conter todas as informações relevantes e específicas que investidores, empresas ou qualquer leitor interessado deve esperar para fazer um julgamento fundamentado e equilibrado em minerais prospectados, recursos e Reservas”, finalizou o dirigente.

Fonte: IBRAM

8-11/08/2014

ITAMBÉ INVESTE R\$ 22,4 MILHÕES EM EQUIPAMENTOS DE MINERAÇÃO

A Cimento Itambé, em Balsa Nova (PR), investiu, desde 2012, mais de R\$ 22,4 milhões em novos equipamentos para os processos de extração e beneficiamento da unidade. A mina de calcário tem capacidade instalada de 2,8 milhões de toneladas de cimento por ano, em três linhas de produção. A companhia adquiriu britador, classificador móvel, perfuratriz hidráulica e escavadeira.

Segundo Osvaldo Claus, gerente de Mineração da Itambé Cimento, a ampliação teve início em agosto de 2012, com a aquisição de um britador com capacidade de 1,1 mil toneladas por hora, por R\$ 20 milhões, da fabricante alemã Hazemag Mining.

“A mina triplicou a antiga capacidade de britagem, de 540 t/h para 11.640 t/h”, afirmou Claus, em entrevista ao NMB.

Nos dois últimos meses a empresa recebeu uma perfuratriz hidráulica de R\$ 700 mil da fabricante Wolf, e um classificador móvel de R\$ 700 mil da Simplex, importado da

Inglaterra.

O processo de modernização da unidade contou ainda com uma nova escavadeira Caterpillar 349, que custou R\$ 1 milhão e foi importada dos EUA. “A modernização é importante para manter a média de produção atual de 2,2 milhões de toneladas por ano de calcário”, afirmou o gerente de Mineração.

As reservas de calcário da mina de Balsa Nova ultrapassam 300 milhões de toneladas, segundo a companhia. Desde 2013, a Itambé detêm as operações de coprocessamento da unidade, com a criação da Rio Bonito Soluções em Coprocessamento.

O coprocessamento é a utilização de resíduos industriais e pneus inservíveis para substituir combustível e matérias-primas não-renováveis, como argila e minério de ferro, usadas na fabricação do cimento. A tecnologia é uma forma de destinação final de resíduos, que reduz os impactos ambientais.

A Cimento Itambé iniciou sua produção em 1976. A companhia conta com cerca de 900 funcionários e abastece clientes como concreteiras, construtoras, revendedores de materiais de construção e indústrias de artefatos de concreto da Região Sul do Brasil.

Fonte: Notícias de Mineração Brasil

9-11/08/2014

VALE ABRE 300 VAGAS DE TRABALHO PARA PROJETOS OPERACIONAIS

A Vale anunciou a abertura de 300 vagas de trabalho em suas operações no Pará. Há vagas para trabalhar no Complexo Minerador de Carajás (minério de ferro e manganês) e na mina de Salobo (cobre), em Parauapebas; mina do Sossego (cobre), em Canaã dos Carajás; Serra Leste (minério de ferro), em Curionópolis; e Onça Puma (níquel), em Ourilândia do Norte.

Há oportunidades para nível superior, inclusive para engenheiros, e para nível técnico e operacional. "O sudeste do Pará é uma região muito importante para a Vale, onde estão seus maiores projetos no momento, e que oferece ótimas oportunidades para profissionais interessados em enfrentar novos desafios, desenvolver sua carreira e contribuir para gerar um impacto positivo sobre o meio ambiente e as comunidades", explica Ana Lundberg, Gerente de RH da Vale no Pará. Cerca de 60 vagas (20% do total) são de nível superior.

Além de engenheiros e geólogos, há vagas para analistas de várias áreas, como

administrativo, RH, segurança do trabalho, meio ambiente e relações com comunidade. A Vale oferece um pacote completo de benefícios e uma atraente política de remuneração variável. Os interessados devem cadastrar seu currículo no [site www.vale.com/oportunidades](http://www.vale.com/oportunidades).

Fonte: Brasil Mineral

10-11/08/2014

CPRM PARTICIPA DE CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE MINERAÇÃO NA NICARÁGUA

A Cámara Minera de Nicaragua (CAMINIC), com o apoio do Ministério de Minas e Energia e outras entidades públicas e privadas, realizará a “Primeira Conferência Internacional de Mineração”, a fim de promover a Nicarágua como um país de destino para investimento em mineração, bem como a disseminação de práticas modernas de mineração, propiciando a expansão das atividades de exploração e exportação.

A conferência, que acontece do dia 12 a 14/08, contará com a presença do diretor-presidente do Serviço Geológico do Brasil (CPRM), Manoel Barretto. O evento propiciará uma oportunidade para a CPRM discutir ações conjuntas de cooperação técnica com os Serviços Geológicos membros da ASGMI, visando compartilhar experiências em relação a investimentos em mineração, práticas modernas de capacitação técnica, além dos benefícios sociais da mineração para o bem-estar da população.

Durante o 1º Congresso Internacional de Mineração haverá conferências sobre temas relacionados com a mineração metálica e não metálica, abertura e desenvolvimento de negócios, meio ambiente, responsabilidade social das empresas, segurança no trabalho, desenvolvimento profissional voltado para o crescimento do setor de mineração, entre outros.

O evento também vai sediar uma Exposição, em que mais de 30 empresas ligadas ao setor de mineração irão expor seus produtos e serviços.

Paralelamente a este evento ocorrerá o Seminário da Asociación de Servicios de Geología y Minería (ASGMI), onde serão discutidos o apoio para o desenvolvimento institucional da geologia e mineração na Nicarágua; e uma proposta de criação do Serviço Geológico Centroamericano, objetivando o fortalecimento dos serviços geológicos regionais, bem como a definição de estratégias para o posicionamento dos serviços geológicos e da ASGMI diante das instituições nacionais e internacionais.

Fonte: CPRM

11-12/08/2014

China torpedeia o mercado de terras-raras e compra quase toda a cota do segundo semestre de 2014

Em julho deste ano a China decidiu que a cota de exportação dos terras-raras para o segundo semestre de 2014 seria de 15.501 toneladas sendo 13.696 de TR leves e 1.809t de TR pesados. A notícia parecia um progresso nas tensas negociações internacionais, já que os Estados Unidos e o Japão estavam pressionando para que a China colocasse mais terras-raras no mercado. O país controla mais de 95% da produção mundial.

No entanto, um fato extremamente interessante, que mostra a agressividade da China, ocorreu nesta semana e ainda não foi plenamente avaliado pelo mercado. Somente nestes últimos dias a China comprou 65% das TR a serem vendidas no segundo semestre, esgotando as possibilidades de compra de outros países. Foram adquiridas, nada menos do que 10.000 toneladas de terras-raras, dela mesmo é claro.

Esta deve ser uma estratégia para aumentar os estoques e suprimir os terras-raras do mercado aumentando os preços exponencialmente. Mais um desdobramento da guerra subterrânea pelo controle destes elementos fundamentais na indústria dos celulares, TVs de tela plana, imãs de alta potencia e muitíssimos outros eletrônicos de ponta. Os preços que estavam em declínio desde 2011 deverão, agora, subir. Somente os preços dos óxidos de praseodímio-neodímio caíram 76% desde 2011.

Com essa estratégia irão se acirrar as batalhas legais, em andamento, onde Japão e Estados Unidos, os dois maiores consumidores de terras-raras, junto com a Organização do Comércio Mundial (WTO) querem forçar a China a acabar com a política de cotas de exportação.

Fonte: www.geologo.com.br

12-12/08/2014

Marco da mineração está pronto para votação, diz relator

Por Fernanda Guimarães | Estadão Conteúdo

O deputado Leonardo Quintão (PMDB/MG), relator do Marco da Mineração, disse, nesta terça-feira, 12, que o projeto que alterará algumas das regras do setor mineral está pronto desde dezembro do ano passado, mas que disputas políticas acabaram atrasando a ida do texto para votação no Congresso Nacional. "A não votação dessa matéria está inviabilizando o setor da mineração no Brasil", disse Quintão.

O relator do Marco disse que muitos investimentos programados acabaram não sendo realizados, com empresas estrangeiras preferindo realizar aportes em outros países.

"Isso é lamentável", disse. Quintão disse que, no momento, o seu objetivo é de que o projeto vá para votação no Congresso, assim que passada a eleição.

O projeto de Lei que cria o novo Marco da Mineração, que substituirá o código em vigor de 1967, foi apresentado pelo Governo Federal em junho do ano passado. Além de trazer mudanças em relação à tributação do setor, também prevê a criação da Agência Nacional da Mineração (ANM), que entra no lugar do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e o Conselho Nacional da Mineração (CNM).

O projeto chegou a ser enviado com pedido de urgência, que foi retirado pouco tempo depois, com a justificativa de que o tema demandava um tempo maior para discussões. Leonardo Quintão participa nesta manhã da abertura do Congresso do Aço, que acontece até amanhã em São Paulo.

13-12/08/2014

Centaurus começa o seu estudo de viabilidade em Candonga

Centaurus Metals Ltd (ASX Code: CTM) esta satisfeita em anunciar que esta começando o seu Estudo de Viabilidade na operação "Direct Shipping Ore (DSO)" para a sua propriedade de Candonga, projeto de minério de ferro, localizado na região leste-sul do Brasil. Isto segue a apresentação das licenças de mineração e ambientais que permitem a extração de 300,000 tpa por licença e excelentes resultados de perfuração diamantada.

Fonte: Infomine

14-12/08/2014

INDIANOS EXPANDEM PARTICIPAÇÃO NA MINERAÇÃO DE CARVÃO EM MOÇAMBIQUE

A companhia Sol Mineração, que pertence ao grupo indiano Sunflag, obteve concessão de lavra, pelo governo de Moçambique, para explorar por 25 anos a mina de carvão Mutarara, na província de Tete. A Sol já investiu US\$ 6 milhões em pesquisa na mina, que está programada para entrar em operação em 2017.

Os indianos pretendem investir cerca de US\$ 222 milhões em Mutarara. O contrato entre as partes foi assinado, ontem (7), no gabinete da ministra de Recursos Minerais, Esperança Bias. A expectativa de produção da companhia indiana é de 5 milhões de toneladas de carvão por ano, sendo 3,8 milhões de toneladas de carvão metalúrgico e 1,2 milhão de toneladas de carvão de coque.

A participação pública e privada do governo deverá ser de 10%. Metade das ações será negociada por meio da Bolsa de Valores de Moçambique e a parte restante será oferecida gratuitamente ao governo de Moçambique. O país africano estima receber cerca de US\$ 300 milhões de impostos por ano, a partir de 2017, quando a mina estiver em operação.

Os resultados mais recentes do estudo de viabilidade indicam que a reserva bruta de Mutarara é de, aproximadamente, 115,46 milhões de toneladas de carvão. A previsão é de 44,9 milhões de toneladas de produtos vendíveis, sendo 17,3 milhões de toneladas de carvão de coque e 27,6 milhões de toneladas de carvão térmico.

De acordo com o Ministério de Recursos Minerais, a Sol Mineração é obrigada a impulsionar e apoiar o desenvolvimento local, criando empregos e promovendo a qualidade de vida e o bem-estar social. A Sol pretende aplicar cerca de US\$ 4 milhões em programas de responsabilidade social em Moçambique e criar 600 postos de trabalho quando a mina estiver em operação.

A mineradora não vai ser a única indiana em Moçambique. A Rio Tinto vendeu, em 30 de julho, a Rio Tinto Coal Mozambique, sua subsidiária de carvão no país, por US\$ 50 milhões para o consórcio estatal indiano International Coal Ventures (ICVL). A negociação inclui os ativos que pertenciam à Riversdale Mining, 65% de participação na mina Benga e dois projetos na província de Tete.

A Sol Mineração pertence em sua totalidade ao grupo indiano Sunflag. Além das atividades em Moçambique, a companhia opera em alguns países asiáticos na exploração de carvão e na indústria siderúrgica, bem como no Quênia, Etiópia, Nigéria, Tailândia e Tanzânia, na indústria têxtil. As informações são do website O País, de Moçambique.

Fonte: Notícias de Mineração Brasil

15-12/08/2014

ICVL PRETENDE TRIPLICAR PRODUÇÃO DA MINA DE CARVÃO BENGA EM MOÇAMBIQUE

O consórcio estatal indiano International Coal Ventures (ICVL) que comprou a subsidiária de carvão da Rio Tinto, em Moçambique, disse ontem (7) que pretende triplicar a produção da mina Benga, nos próximos três anos. O ICVL vai utilizar infraestrutura e logística que já existem na mina, para agilizar as operações. A ICVL foi orientada pelo governo da Índia para adquirir minas de carvão e ativos em territórios estrangeiros, representando as companhias National Minerals Development Corporation, Coal India e Steel Authority of India. Com informações da Boomerang.

Fonte: Notícias de Mineração Brasil

16-12/08/2014

EFICIÊNCIA É SAÍDA PARA QUEDA DA ATIVIDADE NO PAÍS

Mesmo enfrentando um ano difícil, as principais siderúrgicas com atuação no Brasil avançam em 2014 mais fortalecidas e resistentes às instabilidades econômicas e de mercado. Isso se deve, em grande parte, ao trabalho das equipes dessas grandes empresas, que dirigiram seu foco à melhoria contínua da eficiência operacional e maior integração com os clientes. O que não é pouco frente à redução do consumo em alguns dos principais mercados, como o setor automotivo, e a uma situação de excesso de oferta global de aço. O momento desfavorável refletiu-se no Ibovespa. No primeiro semestre, Usiminas, CSN e Gerdau estiveram entre as quatro maiores quedas da bolsa brasileira, atrás apenas da MMX.

Flutuações no preço das ações à parte, o presidente da Usiminas, Julián Eguren, afirma que no segundo trimestre deste ano a disciplina de gestão levou a companhia a resultados expressivos. "Em que pese o cenário conjuntural interno de baixa demanda de aço, com conseqüente redução do volume vendido, o Ebitda da Usiminas cresceu 24% frente ao segundo trimestre de 2013".

Esse resultado reflete melhoria da operação e controle de custos. O que pode sinalizar que o setor como um todo está respondendo adequadamente ao panorama internacional adverso, reforçando estratégias de desenvolver novas oportunidades de negócios. Afinal, no mercado interno há um claro cenário positivo pela frente: construção naval, infraestrutura, pré-sal, Olimpíada 2016, programa Minha Casa Minha Vida e estímulo ao consumo das classes que migraram recentemente para um patamar superior.

A Usiminas comercializou no segundo trimestre deste ano 1,5 milhão de toneladas de aço, queda de 7% em relação ao mesmo período de 2013, mas aumento de 1% em relação ao primeiro trimestre/2014. Especificamente no mercado doméstico foram vendidas 1,2 milhão de toneladas, redução de 13% em relação ao segundo trimestre/2013 e de 3% em relação ao primeiro trimestre/2014. A performance é conseqüência do desaquecimento da atividade industrial brasileira no período, com impacto nos consumidores de aços planos. Já as exportações foram de 220 mil toneladas, crescimento de 53% frente ao segundo trimestre/2013 e aumento de 30% frente ao primeiro trimestre do ano.

Os investimentos da Usiminas no segundo trimestre/2014 totalizaram R\$ 261 milhões, focados na atualização tecnológica das plantas e na modernização da Coqueria II, na Usina de Ipatinga. Do total dos investimentos no trimestre, foram aplicados 86% na siderurgia, 11% na mineração, 2% na transformação do aço e 1% em bens de capital.

Segundo Eguren, a Usiminas está consolidando uma nova cultura. "A companhia está em outro patamar de eficiência e lucratividade em relação ao que tinha há dois anos, o

que nos motiva a superar os atuais desafios do mercado olhando para frente, de posse de uma agenda de melhoria contínua", diz.

Esse tipo de política indica que o setor siderúrgico nacional se prepara para futuros saltos, ainda que o cenário para 2014 continue sendo desafiador, em função dos elevados estoques mundiais e das perspectivas de desaceleração da economia no mercado doméstico.

Na visão de Carlos Rotella, presidente da Votorantim Siderurgia, essa conjuntura exigirá empenho na busca por melhores sinergias operacionais e melhorias constantes em processos.

O braço siderúrgico do grupo Votorantim atua no Brasil com três unidades. Uma em Barra Mansa (RJ), outra em Resende (RJ) e a terceira em Três Lagoas (MS), esta em sociedade com o empresário Alexandre Grendene. No exterior, a Votorantim Siderurgia tem o controle acionário da PazDelRio, única siderúrgica integrada da Colômbia que produz aços longos, e da AcerBrag, segunda maior produtora de aços longos da Argentina.

"Apesar da demanda estável e do acréscimo da oferta de aço estrangeiro na América Latina, principalmente os importados da China e da Turquia, o volume de vendas de aços longos da Votorantim Siderurgia totalizou 1,8 milhão de toneladas em 2013, resultado 7% maior que o de 2012, com aumento do volume de vendas nos três países em que atuamos", afirma Rotella.

Apontando para uma perspectiva favorável, o diretor-presidente (CEO) da corporação multinacional Gerdau, André Gerdau Johannpeter, comprova que o ano de 2013 foi um período especialmente desafiador, mas de oportunidades para a companhia. "Ao mesmo tempo em que vivenciamos as adversidades decorrentes do cenário econômico mundial, ampliamos de forma expressiva nossa atuação no Brasil, com o início da produção de aços planos e a expansão das atividades de mineração".

Johannpeter conta que no ano passado a Gerdau aumentou a sua capacidade instalada global em aços especiais, voltados principalmente para atender a indústria automotiva, com investimentos no Brasil e nos Estados Unidos. "Além disso, completamos o primeiro ano de operação na Índia", diz, acrescentando que no exercício a companhia apresentou receita líquida consolidada de R\$ 39,9 bilhões, 5% superior à de 2012.

Segundo o CEO, em 2013 as vendas físicas consolidadas mantiveram-se estáveis em 18,5 milhões de toneladas, na comparação com o ano anterior, ao passo que a produção de aço foi de 18 milhões de toneladas, volume 4,8% menor em razão do esforço de redução de estoques da empresa, o que resultou na otimização de seu capital de giro. "A geração de caixa operacional consolidada [Ebitda] cresceu 14,6% sobre 2012, alcançando R\$ 4,8 bilhões, enquanto que o lucro líquido consolidado chegou a R\$ 1,7 bilhão, 13,2% de acréscimo".

Atualmente a Gerdau possui três empresas de capital aberto - Gerdau S.A., Metalúrgica Gerdau S.A. e Empresa Siderúrgica Del Peru S.A. (Siderperu). As ações da Gerdau S.A. são negociadas na BM&FBovespa, na New York Stock Exchange (NYSE) e na Bolsa de Madrid (Latibex). "Por atuar no mercado de capitais dos Estados Unidos, a Gerdau S.A. segue os requisitos da Lei Sarbanes-Oxley, que estabelece boas práticas de governança corporativa, bem como um rigoroso controle sobre os processos internos", diz Johannpeter. Já a Metalúrgica Gerdau S.A. negocia seus papéis na BM&FBovespa e a Siderperu atua na Bolsa de Valores de Lima.

Já Benjamin Baptista Filho, presidente da ArcelorMittal Brasil e CEO da ArcelorMittal Aços Planos América do Sul, informa que a produção anual de aços planos aumentou de 4,39 milhões de toneladas anuais (2012) para 4,43 milhões (2013) de toneladas anuais. Já a produção de aços longos expandiu de 3,42 milhões de toneladas anuais (2012) para 3,51 milhões (2013). "Para 2014 é esperado um crescimento de 30% na produção de aços planos, especialmente com a retomada, a partir de julho, do Alto Forno 3, localizado na unidade ArcelorMittal Tubarão, em Serra [ES], que tem capacidade nominal de 2,8 milhões de toneladas por ano".

Baptista Filho explica que parte da produção do terceiro Alto-Forno vai abastecer a AM/NS Calvert, joint-venture entre o grupo ArcelorMittal e a Nippon Steel & Sumitomo Metal Corporation, localizada em Alabama (Estados Unidos). No segmento de aços longos, com os recentes dados do setor industrial e da construção civil, espera-se por um crescimento nulo ao contrário da previsão inicial de 3% para o ano.

Fonte: Valor Econômico

17-12/08/2014

CLIENTES CRIAM DEMANDA POR PRODUTOS INOVADORES

A Usiminas e a Sinobras (Siderúrgica Norte Brasil) conduzem projetos de inovação com foco na melhoria de processo fabril e no desenvolvimento de novos produtos de aço com o objetivo de atender aos requisitos de qualidade dos seus respectivos clientes, além de aumentar a produtividade e tornar a operação mais competitiva no mercado. Enquanto a siderúrgica mineira tem os setores de óleo e gás, automotivo e naval como grandes demandantes de produtos inovadores, a companhia do Pará concentra a sua operação na área de construção civil.

Fornecedora de chapas de aço grossas, a Usiminas se dedica há cerca de quatro anos ao projeto do API X65, usado em tubulações para exploração de campos petrolíferos do pré-sal. Trata-se de um aço com características especiais que apresenta maior resistência em aplicações em ambientes ácidos - nas Bacias do Espírito Santo, de Campo e de Santo há a presença de H₂S (sulfeto de hidrogênio).

Para a sua produção foi adquirida a tecnologia CLC, da Nippon Steel, que permite à Usiminas desenvolver chapas de aço grossas de alta resistência mecânica, elevada tenacidade e melhores condições de soldabilidade, explica Rômelo Erwin de Souza, vice-presidente de tecnologia e qualidade da companhia. "Essa chapa é produzida com índice acima de 90% de conteúdo nacional, o que ajuda bastante nos projetos da Petrobras", diz.

O produto já foi homologado junto à Petrobras e está em fase inicial de produção. O executivo não revela o volume de produção nem o investimento no seu desenvolvimento. Segundo ele, a Usiminas é uma das cinco no mundo capazes de produzir o aço XPI X65. Além dos fabricantes de tubos, que suprem a demanda do pré-sal, o produto é destinado também à indústria naval.

Já para a indústria automotiva, Souza destaca como inovação o desenvolvimento do DP 1000 dual phase, que está em conformidade com a tendência de aplicação de aços de menor espessura, mas com alta resistência e capacidade de conformação, para que os veículos fiquem mais leves e reduzam as emissões de poluentes.

Em Ipatinga (MG) funciona o centro de tecnologia da Usiminas, dotado de 17 laboratórios e onde trabalham 140 profissionais. Além de produtos inovadores, suas atividades incluem a melhoria de processos produtivos, cujo objetivo é aumentar a produtividade. No momento, estão sendo desenvolvidos projetos que visam a otimização do uso de redutores em altos fornos.

Recentemente, foram concluídas a implantação de tecnologia de resfriamento acelerado no laminador de chapas grossas e na nova linha de galvanização na planta de Ipatinga e uma nova linha de tiras a quente na usina de Cubatão (SP). No ano passado, a companhia aplicou R\$ 28 milhões em pesquisa e desenvolvimento.

Na Sinobras, controlada pelo Grupo Aço Cearense, os projetos de inovação dos processos produtivos estão inseridos em um plano que visa dobrar o tamanho da operação nos próximos anos, com aquisição de maquinário, construção de uma subestação e linha de transmissão de energia elétrica, extensão dos galpões da laminação e trefila, e instalação de uma nova laminação. O investimento soma US\$ 200 milhões. Na usina instalada em Marabá (PA), a siderúrgica fabrica uma linha que inclui vergalhões, fio-máquinas e trefilados para construção civil.

A Sinobras possui aciaria elétrica e como utiliza a proporção de 30% de ferro-gusa na forma líquida e de 70% de sucata metálica para obter o aço, importou da Itália um equipamento Shredder, com capacidade para processar 170 mil toneladas de sucata/ano. A operação deve começar em dezembro. Nem todas as siderúrgicas no Brasil têm essa combinação de processos, diz Milton Lima, diretor industrial da Sinobras. Segundo ele, a sucata beneficiada via Shredder terá maior densidade e menor nível de impurezas, o que permitirá reduzir em 20% o consumo de energia elétrica e o uso de cal na operação do forno elétrico da aciaria. O resultado é uma melhoria significativa no desempenho do forno e a redução no custo operacional.

Fonte: Valor Econômico

18-12/08/2014

SIDERÚRGICAS ELEVAM INVESTIMENTOS NA MINERAÇÃO

As siderúrgicas com atuação no Brasil vêm investindo fortemente em mineração. Segundo o consultor José Mendo, especialista no setor, o fenômeno é mundial, mas agora ganha corpo no país. "As empresas de transformação estão deixando de apenas produzir aço e passam a fornecer também o minério de ferro, matéria-prima de seu principal produto", confirma, acrescentando que entre as empresas siderúrgicas que têm avançado na área de mineração estão a Gerdau, a Usiminas e a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). "Num primeiro momento busca-se a autossuficiência em matéria-prima, mas a meta final é gerar excedentes para a exportação."

Segundo André Gerdau Johannpeter, diretor-presidente (CEO) da Gerdau, o grupo - que deu início aos seus investimentos na mineração em 2004 com a aquisição de vários direitos minerários - tem vários programas em andamento. "Esses projetos têm como objetivo dar sustentabilidade e alcançar ganhos em eficiência operacional no 'negócio mineração', além de visar expansão da produção."

Johannpeter recorda que tudo começou em 2006, quando a Gerdau iniciou os investimentos para a instalação da primeira unidade de tratamento de minerais (UTM I), na mina de Miguel Burnier (MG), que se encontra em operação desde 2007. Em 2013, foi concluída a segunda fase do projeto mineração, para o aumento da capacidade - das 6,5 milhões de toneladas por ano para as 11,5 milhões de toneladas atuais, incluindo projetos de uma estrutura de logística própria. "Agora a meta é alcançar a capacidade de produção de 18 milhões de toneladas por ano em 2016".

Conforme explica o CEO, a decisão de investir em mineração, sem comprometer a sustentabilidade do negócio do aço, representa mais uma iniciativa para a melhoria dos resultados da Gerdau em um cenário de elevados custos de matérias-primas e menor crescimento da demanda mundial por aço frente ao previsto anteriormente".

Num breve histórico, o especialista José Mendo lembra que a partir de 2002 o dinamismo da economia mundial, impulsionado pelo forte crescimento da China, induziu ao aumento da demanda por aço e, conseqüentemente, estimulou a procura por minério de ferro. "Para se ter ideia, a demanda chinesa pelo minério cresceu a uma taxa média de 23,3% ao ano, no período 2003-2008, enquanto a do resto do mundo permaneceu praticamente constante, crescendo em média 1,4% ao ano".

Segundo Mendo, a crise financeira do fim de 2008, que freou o consumo global de aço e de minério de ferro, também derrubou o sistema de determinação de preços pelo sistema padrão (benchmark), vigente há décadas, em que o preço é determinado

anualmente pelo primeiro contrato firmado por uma das três principais produtoras de minério de ferro.

Com isso, o mercado spot (a vista) passou a ser uma alternativa atraente, pelas vantajosas margens. Estas ofereciam a possibilidade de aumentar a receita das empresas e melhorar seu resultado operacional. "Nesse processo, as siderúrgicas passaram a adquirir plantas de minério de ferro porque, pela primeira vez na história, o negócio mineração tornou-se melhor que o da siderurgia", diz Mendo, acrescentando que a tendência prevalece até hoje.

Pelos lados da siderúrgica CSN, empresa autossuficiente em minério de ferro, foram investidos em 2013 cerca de R\$ 700 milhões nas minas Casa de Pedra e Namisa, ambas em Minas Gerais. Em nota para esta edição, a companhia declarou ser a segunda maior exportadora de minério de ferro do Brasil. No ano passado a CSN comercializou 25,7 milhões de toneladas de minério, das quais 5,7 milhões de toneladas para consumo próprio.

Em 2014, a CSN deverá investir ainda mais, visando dobrar a produção da mina Casa de Pedra e ampliar as operações de seu terminal portuário em Itaguaí (RJ), de olho nas exportações. Em uma primeira fase, a companhia projeta ampliar sua capacidade de produção em Casa de Pedra para 40 milhões de toneladas anuais, tendo o porto em Itaguaí atingido uma capacidade de 45 milhões de toneladas já em 2013.

No caso da Usiminas, seu presidente Julián Eguren informa que a companhia de mineração integrada à cadeia de valor do conglomerado - a Musa - está se tornando um ativo de classe mundial. "Nossa expectativa é capturar maiores oportunidades de exportação ainda neste ano, mantendo opções no mercado interno e abastecendo nossas usinas com produtos de maior qualidade", afirma, acrescentando que a mineradora está em um novo patamar de volume, qualidade e gestão.

A Musa acaba de completar quatro anos de atividades, localizada na região de Serra Azul (MG). Sua estrutura acionária é dividida entre a Usiminas (70%) e a japonesa Sumitomo (30%). As vendas de minério de ferro da mineradora somaram 3,2 milhões de toneladas no primeiro semestre deste ano, um volume 19% superior ao do mesmo período de 2013. Desse total, 1,9 milhão de toneladas foram destinadas ao abastecimento das usinas siderúrgicas da Usiminas em Ipatinga (MG) e, principalmente, Cubatão (SP).

Segundo Eguren, a Musa, mesmo diante de um contexto de intensa volatilidade no mercado, está mais preparada para o futuro. "Estamos com uma configuração operacional mais robusta e neste ano, com a conclusão dos investimentos do Projeto Friáveis, a capacidade instalada será de 12 milhões de toneladas, contra 6,5 milhões em 2013", diz. Nos últimos quatro anos, a Usiminas desembolsou R\$ 1,3 bilhão no segmento de mineração.

O Projeto Friáveis recebeu investimentos da ordem de R\$ 730 milhões em 2013. É composto por duas novas plantas de beneficiamento, um conjunto de dutos que interligam as duas unidades e equipamentos de mineração de maior porte.

Com isso, a empresa se posiciona em um novo patamar de volume e qualidade de seus produtos, principalmente sob a ótica da composição química.

Na última apresentação de resultados, o presidente da ArcelorMittal, Lakshmi Mittal, informou que a empresa pretende aumentar a produção de minério de ferro em 14 milhões de toneladas até 2015, chegando a 84 milhões de toneladas no mundo. O Brasil possui dois ativos minerais, localizados em Minas Gerais - Mina do Andrade e Serra Azul, com capacidade de produção de aproximadamente 7 milhões de toneladas por ano.

Fonte: Valor Econômico

19-12/08/2014

Custo elevado do transporte impede novos negócios

Por **Domingos Zapparoli** | Para o Valor, de São Paulo

Um navio leva 24 dias para percorrer as 11.612 milhas náuticas que separam os portos de Xangai, na China e Pecém, no Ceará. Entre Santos (SP) e Pecém são três dias e meio de viagem para superar 1.776 milhas náuticas. No entanto, o transporte de uma tonelada de aço da China ao Ceará custa por volta de US\$ 55. Enquanto no trajeto entre Santos e Pecém o preço é o dobro, US\$ 120. Para Manaus, US\$ 150. "Com números como esses não é difícil entender os motivos que levam as siderúrgicas brasileiras, que estão principalmente no Sudeste, a ter uma presença pequena no Norte e Nordeste", diz Carlos Loureiro, presidente do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Produtos Siderúrgicos (Sindisider).

A deficiência da infraestrutura logística brasileira é apontada pelos executivos do setor como um dos principais fatores a reduzir a competitividade das siderúrgicas, com impactos tanto no custo da produção quanto do escoamento do aço. "O Brasil é um país continental e não temos ferrovias suficientes, muitas rodovias têm qualidade inadequada e a cabotagem ainda é pouco desenvolvida no país", diz Sergio Leite, vice-presidente comercial da Usiminas.

A Usiminas extrai minério de ferro em Serra Azul (MG) que abastece suas usinas em Ipatinga (MG) e Cubatão (SP). Para chegar a São Paulo, o transporte tanto do minério quanto das chapas de aço de Minas utiliza as linhas férreas da MRS Logística e da VLI. Um problema, elas possuem bitolas diferentes. "Perdemos um dia apenas para fazer o transbordo entre uma malha ferroviária e outra", afirma Leite. O transporte rodoviário também não é uma opção melhor. Ipatinga é servida pela BR 381, que apresenta uma pista simples até Belo Horizonte que só em 2014 passou a constar dos planos de duplicação do governo federal.

A distribuição dos produtos da siderúrgica é realizada por uma rede de 19 empresas, com suas atividades concentradas principalmente no eixo Sul-Sudeste. As exceções são a parceria com um distribuidor na Amazônia e dois centros de distribuição que pertencem à própria Usiminas, um em Camaçari (BA), e outro em Suape (PE), que atendem respectivamente Ford e Fiat. "Sem essas unidades seria impossível trabalhar no modelo just in time adotado pelas montadoras", diz o executivo. Segundo Sergio Leite, os custos logísticos tornam os produtos da empresa pouco competitivos nos demais Estados do Norte e Nordeste.

As deficiências logísticas do país também levam as siderúrgicas a investir capital próprio em infraestrutura, recursos que poderiam estar empregados no negócio principal, a produção de aço. A Usiminas, por exemplo, detém 25% do capital da MRS Logística, e dois terminais marítimos para o escoamento de sua produção e o recebimento de carvão importado. Um terminal é em Cubatão, na área de influência do porto público de Santos. O outro é o de Praia Mole, ao lado do porto de Vitória (ES), esse em parceria com a Vale e a Gerdau.

Jefferson De Paula, CEO da ArcelorMittal Aços Longos, diz que os custos logísticos no Brasil são 35% mais elevados do que os realizados na filial dos Estados Unidos. "Parte desse custo é repassada para os clientes, gerando perda de competitividade em toda a cadeia de produção. Outra parte absorvemos, representando menor rentabilidade", diz.

Pelos cálculos do executivo, a companhia gasta US\$ 425 milhões por ano em logística e poderia economizar US\$ 130 milhões se a infraestrutura brasileira tivesse o mesmo padrão que a americana. A ArcelorMittal Aços Longos possui seis fábricas no Sudeste que atendem 70 mil clientes no país e 75% do transporte é feito por rodovias. São 120 centros de distribuição e 26 unidades de serviços voltadas a atender a construção civil. Em São Paulo, a empresa possui um hub concentrador de mercadorias e, até 2015, deve investir R\$ 60 milhões em dois novos hubs, um no Nordeste e outro no Centro-Oeste.

Jorge Augusto Doria Nascimento Silva, gerente geral de supply chain da Votorantim Siderurgia, diz que as empresas estão cada vez mais investindo em planejamento de redes logísticas, na otimização da malha de distribuição e em tecnologia para controle de fluxos. Mas o esforço esbarra nos gargalos da infraestrutura do país. "A Votorantim Siderurgia movimentava quase 3,5 toneladas de matérias primas, insumos e produtos para cada tonelada vendida, os custos logísticos afetam diretamente nossa competitividade", diz.

A companhia possui três usinas no Brasil, em Barra Mansa (RJ), Resende (RJ) e Três Lagoas (MS), além de uma unidade na Colômbia e outra na Argentina, que somam uma capacidade de 2,5 milhões de toneladas anuais de aço longo. A maior parte da produção é escoada por via rodoviária. No final do ano passado, a empresa começou a utilizar a cabotagem para levar produtos do Rio para o Norte.

Para Nascimento Silva, os novos modelos de concessão que estão sendo adotados para rodovias e ferrovias e o desenvolvimento de projetos em hidrovias, cabotagem e em terminais multi-modais ajudarão a destravar a movimentação de cargas no país e, com isso, reduzir os custos logísticos. "Mas é preciso acelerar esse processo", diz. O Programa de Investimentos em Logísticas (PIL), apresentado em 2012 pelo governo federal com previsão de investimentos de R\$ 240 bilhões, pouco avançou até agora.

20-13/08/2014

Importação de aço trava investimento

São Paulo – O avanço das importações brasileiras de aço agrava o cenário que já era complicado com a retração da indústria de transformação para a retomada de investimentos adiados pelas empresas do setor depois da crise financeira de 2008. O presidente da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Benjamin Steinbruch, deixou claro ontem que a empresa já não considera implantar o projeto original de uma usina siderúrgica em Congonhas, na Região Central de Minas Gerais, orçado há sete anos em R\$ 6,2 bilhões.

A opção ainda estudada pela CSN é a de uma única linha de aços longos, em lugar do objetivo inicial de oferecer também aços planos. “Estamos discutindo o projeto de uma usina de aços longos. Não se desistiu ainda, há uma possibilidade”, disse o empresário, que participou, ontem, da abertura da 25ª edição do Congresso Brasileiro do Aço.

O grupo ArcelorMittal, da mesma forma, mantém suspenso, por enquanto, o projeto de duplicar a usina de João Monlevade para capacitá-la a produzir 2,4 milhões de toneladas por ano. O presidente-executivo da ArcelorMittal Aços Longos, Jefferson de Paula, confirmou que as obras em curso na siderúrgica mineira consistem na instalação de um laminador, apenas a parte inicial do projeto da companhia. “Nós vamos seguir sempre o mercado”, disse o executivo, em relação à possibilidade de a duplicação sair do papel.

A Aperam South America, empresa criada a partir da separação dos ativos de aços inoxidáveis do grupo ArcelorMittal e que opera no Brasil a usina de Timóteo, no Vale do Aço (ex-Acesita), também optou por só fazer investimentos em melhorias de processos e enobrecimento de produtos. Planos de expansão estão fora do radar da companhia, disse o diretor-comercial Frederico Ayres. “O mercado é que viabiliza investimentos”, afirmou. A empresa aprovou no mês passado um aporte de US\$ 17 milhões na fábrica para elevar o conteúdo tecnológico da linha de aços elétricos, que passarão a ter maior eficiência energética, portanto, serão mais competitivos. As consequências do desequilíbrio entre a oferta e a demanda por aço no mundo – a capacidade de produção das empresas supera a demanda em 600 milhões de toneladas – concentraram os debates no Congresso Brasileiro do Aço de um grupo de pesos-pesados das empresas com negócios no Brasil. Responsável por 91% de toda essa sobra, a China exportou 60 milhões de toneladas ao planeta no ano passado e já invadiu o mercado mundial com outras 40 milhões de toneladas no primeiro semestre deste ano.

Antidumping

Segundo dados do Instituto Aço Brasil (IABr), apesar de o governo brasileiro ter adotado algumas medidas de proteção do mercado interno contra a entrada de aço estrangeiro, as importações deverão atingir 8,709 milhões de toneladas em 2014 entre produtos siderúrgicos e mercadorias que contêm aço, nível inferior em apenas 607 mil toneladas na comparação com 2013. Os representantes do setor reclamaram mais empenho do governo federal na aplicação de instrumentos antidumping ao ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic), Mauro Borges Lemos, que esteve na abertura do evento.

O ministro admitiu que o governo tem de reforçar medidas antidumping e reconheceu as dificuldades da indústria, depois de ouvir duras críticas do presidente da CSN e da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), Benjamin Steinbruch. O empresário disse que a situação é complicada, enfatizando juros altos e o chamado custo Brasil, e que jamais ter visto um ano de eleições com uma perspectiva tão forte de recessão quanto agora. “Hoje, para investir no Brasil, só louco. Aquele empresário que tem um ajuste a fazer em relação a um produto, aquele que vê a oportunidade com a saída de um concorrente”, criticou.

Mauro Borges argumentou que o Brasil atingiu o fundo do poço com os efeitos da crise financeira mundial de 2008, depois de ter reagido bem à turbulência até 2010, diferentemente de outras nações emergentes. O nível de crescimento brasileiro, segundo ele, está acima da média mundial, quando retirada a participação da China nessa avaliação dos últimos sete anos. “Isso não é conforto para ninguém, mas um desafio dessa monta só vivemos na crise de 1929”, tentou rebater.

Fonte: Uai Notícias

21-13/08/2014

Mineradora do México nega que ácido sulfúrico que vazou em rio seja tóxico

AFP-A empresa administradora de uma mina de cobre no noroeste do México, que derramou 40.000 metros cúbicos de ácido sulfúrico no rio Sonora, afirmou nesta terça-feira que a substância não é tóxica e não representa risco para os sete municípios afetados.

"O conteúdo destes ácidos não é tóxico em si, não há problema que possa haver, nem grave afecção às comunidades, desde que tomadas as precauções adequadas e a empresa proceda, como está fazendo, com cal" para neutralizar a acidez da substância, disse Juan Rebolledo, vice-presidente de relações internacionais do Grupo México, à Radio Fórmula.

Na quarta-feira passada, a mina Buenavista do Cobre, situada no município de Cananea, do estado de Sonora, apresentou uma "falha estrutural" em suas instalações, provocando o vazamento de 40.000 metros cúbicos de ácido sulfúrico no rio Bacanuchi, afluente do rio Sonora, com 420 km de extensão.

"As medições atuais já são de PH neutro, ou seja, está normal", embora isto não exclua "uma vigilância muito cuidadosa porque pode haver encharcamentos", afirmou Rebolledo.

O Grupo México, importante produtor de cobre, com presença nos Estados Unidos e no Peru, é a empresa que administra esta mina, com investimento de US\$ 3,2 bilhões.

Na segunda-feira, autoridades de Proteção Civil criticaram a empresa por ter demorado 24 horas em reportar o acidente, enquanto a Comissão Nacional da Água (Conagua) trabalha em possíveis acusações contra a mineradora.

O vazamento fez aparecer no rio uma mancha alaranjada de pelo menos 60 km que percorreu sete municípios: Arizpe, Banamichi, Baviacora, Aconchi, Cananea Ures e Hermosillo, capital estatal e que é abastecido em 3% deste corpo hídrico.

Para evitar que a substância continuasse chegando ao rio, o Grupo México construiu na quinta-feira "um muro de contenção" de 120 metros de extensão, segundo Rebolledo, que assegura terem sido enviados aos municípios caminhões-pipa.

Sonora, um dos estados com maior atividade agrícola, gera 27% do total da mineração no México e é o principal produtor de ouro, co

22-13/08/2014

Cetem inaugura laboratório em pesquisas gemológicas para aumentar capacitação do setor de joias no mercado externo

O Centro de Tecnologia Mineral (CETEM/MCTI) inaugura em sua sede na Cidade Universitária, no Rio de Janeiro, dia 19 de agosto, às 15h, as novas instalações do

Laboratório de Pesquisas Gemológicas (LAPEGE), equipado com o que há de mais moderno e sofisticado em instrumentos de caracterização, único no Brasil e América do Sul voltado exclusivamente para essa finalidade. O evento de inauguração do laboratório é a atividade que encerra o Seminário “Atualização Tecnológica e o Setor de Joias e Bijuterias”, promovido pelo Sistema AJORIO, SEBRAE e IBGM, que acontece no auditório da Firjan, nos dias 18 e 19.

Foco em desenvolvimento de técnicas analíticas e caracterização de novas ocorrências

O Laboratório de Pesquisas Gemológicas do CETEM tem como filosofia duas ações básicas no tocante a pesquisa e análise: a identificação e caracterização de pedras e metais preciosos. Para Jurgen Schnellrath, pesquisador responsável pelo LAPEGE, “o desenvolvimento de técnicas analíticas e a caracterização de novas ocorrências serão as linhas mestras do trabalho da unidade de pesquisa”. A perspectiva do Laboratório é servir de referência para que o setor brasileiro de joias se capacite para enfrentar a competitividade do mercado internacional e aumente suas exportações.

Setor fatura R\$ 7,5 bilhões

O setor de Gemas e Joias alcançou em 2012, segundo dados do Instituto Brasileiro de Gemas e Pedras Preciosas (IBGM), faturamento de R\$ 7,5 bilhões. O universo da sua cadeia produtiva é composto de 96% de micro e pequenas empresas, sendo 3.900 atuando na indústria e 12.000 no segmento de varejo. A atividade econômica gera 35 mil empregos diretos. As estatísticas, de 2013, da Thomson Reuters GFMS, que monitora o mercado internacional de ouro e prata, colocam o Brasil como 11º produtor mundial de ouro em bruto, com 79,9 toneladas; 12º fabricante mundial de joias de ouro, com produção de 30,3 toneladas; 15º fabricante mundial de joias de prata, com produção de 52 toneladas e 12º país consumidor de joias de ouro, com 33,6 toneladas.

Laboratório recebeu R\$ 1 milhão de investimento

O LAPEGE recebeu investimentos da ordem de R\$ 1 milhão em equipamentos e mobiliário, contando com o patrocínio do DAAD (Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico), da FINEP (projeto ABNT/Gemas), do CNPq (projeto Corgema II), da Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação e Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, além de recursos do próprio CETEM. O Laboratório tem como diferencial a utilização de sete espectrômetros de última geração no trabalho analítico. A unidade está estruturada para cumprir seu papel institucional de apoio ao empresariado do setor, que vai do micro ao grande produtor, passando por comerciantes autônomos de gemas ou joias, garimpeiros ou pessoas interessadas simplesmente em saber a autenticidade de uma pedra preciosa.

Fonte: Cetem

23-13/08/2014

CENTAURUS COMEÇA O SEU ESTUDO DE VIABILIDADE EM CANDONGA

Centaurus Metals Ltd (ASX Code: CTM) esta satisfeita em anunciar que esta começando o seu Estudo de Viabilidade na operação “Direct Shipping Ore (DSO)” para a sua propriedade de Candonga, projeto de minério de ferro, localizado na região leste-sul do Brasil. Isto segue a apresentação das licenças de mineração e ambientais que permitem a extração de 300,000 tpa por licença e excelentes resultados de perfuração diamantada.

Fonte: Infomine

24-13/08/2014

Simagran-Rio participa do Fórum de Rochas Ornamentais na Firjan

Por Redação, com ACS - do Rio de Janeiro

O Fórum Empresarial de Rochas Ornamentais foi realizado nesta terça-feira, na **Firjan**, sob a coordenação de Mauro Varejão, presidente do Sindicato da Indústria de Mármore, Granito e Rochas Afins (Simagran-Rio). O evento contou com presença do titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços (Sedeis), Júlio Bueno.

O secretário abordou o tema “Possibilidades de mercado, fomento e incentivos” sobre a evolução do setor de rochas ornamentais diante dos projetos desenvolvidos no Estado do Rio de Janeiro, destacadamente o programa de recuperação econômica. De acordo com Mauro Varejão, as negociações do Simagran-Rio com a Sedeis estão adiantadas para a criação de linhas de crédito a juros baixos para o setor de rochas ornamentais. Segundo Varejão, o financiamento poderá se destinar até mesmo para formação de capital de giro.

- O programa de recuperação econômica desenvolvido pelo governo do estado abrange os municípios das regiões Norte e Noroeste, que concentram quase todas as jazidas do Rio de Janeiro. Contudo, a exploração da matéria-prima ainda é ínfima diante do potencial econômico oferecido pela capacidade mineral existente naquelas regiões, porque as empresas do setor de rochas ornamentais estão descapitalizadas – afirmou Mauro Varejão.

Segundo o presidente do Simagran-Rio, o setor de rochas ornamentais obteve uma grande conquista, em março deste ano, ao ser incluído no decreto estadual que agraciou diversos segmentos da economia fluminense com a redução do ICMS (de 19% para 6%).

Após a obtenção do benefício, proporcionado pelo governo para baratear os custos da construção civil no Rio de Janeiro, o Simagran-Rio passou a lutar pela obtenção de linhas de crédito para o fortalecimento das empresas do setor e o crescimento da exploração mineral no estado.

- Se a construção civil do Rio continuar recorrendo a materiais vendidos por estados vizinhos, não haverá possibilidade de economia nos vultosos investimentos exigidos para a realização dos Jogos Olímpicos. Além disso, o setor de mármore e granito, que gera 20 mil empregos diretos e mais de 75 mil indiretos em todo o estado, deixará de

aumentar em 40% os seus postos de trabalho – diagnosticou o presidente do Simagran-Rio.

De acordo Mauro Varejão, a expansão do segmento depende decisivamente de novos investimentos.

- Sem dúvida alguma, a redução do ICMS, foi um incentivo para o setor de rochas ornamentais. Mas, com a estagnação do nosso segmento nos últimos anos, são necessários, também, fortes investimentos em compras de máquinas e equipamentos, que não serão possíveis sem financiamentos às empresas que atuam na extração e na serragem dos blocos, e sem investimentos na modernização das 1.200 marmoarias existentes em todo o estado – afirmou Varejão.

25-13/08/2014

SECRETARIA REALIZA MAPEAMENTO PARA TRAÇAR PERFIL DA EXTRAÇÃO MINERAL NO PIAUÍ

Com o intuito de mapear as áreas do estado do Piauí em que haja algum tipo de extração mineral, a Secretaria de Mineração, deu início em 2014 a um serviço de cadastramento de empresas em que são coletadas diversas informações.

Segundo o coordenador de Mineração, Paulo Lages, esse é um projeto antigo da secretaria e que está sendo colocado em prática agora. “Com essa planilha será possível traçar um mapa da mineração no Estado, além de poder ter um maior controle sobre o imposto CFEM, que é a compensação financeira pela exploração de recursos minerais”, explica.

Hoje, cerca de 90% dos minérios extraídos no estado destinam-se à construção civil, são inúmeras toneladas de brita, argila, areia e seixos utilizados neste ramo. Os municípios que se destacam nestes materiais são Picos, Campo Largo, União, Buriti dos Lopes e Nazária. “Praticamente todas as cidades que ficam ao entorno do rio Parnaíba e Poty têm um grande potencial, principalmente para material utilizado em cerâmicas”, ressalta o coordenador.

Além disso, o Piauí possui um grande potencial para o desenvolvimento de outras fontes de energia, como a solar e eólica. Na região da Chapada dos Araripes já existe uma empresa instalando mais de 800 turbinas para gerar energia através do vento. Quanto à energia solar, Paulo Lages afirma que uma empresa alemã já manifestou interesse de se instalar no Estado.

Fonte: 24 Horas Piauí

26-13/08/2014

MAGNESITA ABRE INSCRIÇÕES PARA O PROGRAMA DE ESTÁGIO 2015

A Magnesita Refratários S.A., empresa global que oferece soluções em refratários, serviços e minerais industriais, está com inscrições abertas para o Programa de Estágio de Curso Superior 2015. As vagas são para Brumado (BA), Contagem (MG), Ouro Branco (MG), São Paulo (SP), Volta Redonda (RJ) e San Nicolás (Argentina).

Podem se inscrever estudantes universitários que se formarão em 2015 e 2016 nos cursos de Engenharia (Ambiental, Civil, Computação, Elétrica, Florestal, Materiais, Mecânica, Metalúrgica, Minas, Produção e Química), Administração, Psicologia, Direito, Economia, Relações Internacionais, Comunicação, Comércio Exterior, Ciências da Computação, Ciências Contábeis e Publicidade e Propaganda.

Com início em 5 de janeiro de 2015 e duração entre um e dois anos, o programa envolve o desenvolvimento de um projeto, no qual os estagiários contarão com avaliação de competências; treinamentos de integração, comportamental e técnicos; e acompanhamento de monitores e gestores.

A carga horária é de 20 ou 30 horas semanais. Além da bolsa, há benefícios como vale transporte, seguro de vida e alimentação.

O processo seletivo será feito por meio de provas online de raciocínio lógico e inglês. Em seguida, os candidatos passam por dinâmica de grupo, painel e entrevista, avaliações psicológicas e exame médico. Por fim, é feito o contrato de estágio e o plano de atividades.

Inscrições até o dia 31 de agosto pelo site da empresa: www.magnesita.com.br/trabalhe-conosco/programa-de-estagio

Fonte: Assessoria Magnesita

27-13/08/2014

PRODUÇÃO MUNDIAL DE OURO PODE AUMENTAR 10,5% EM 2015

A produção global de ouro deve aumentar para 3,1 mil toneladas métricas no próximo ano e para 3,3 mil toneladas métricas em 2017, de acordo com o relatório “Global Gold Mining to 2020”. O documento, produzido pelo RnR Market Research, apresenta as principais tendências para o mercado de ouro até 2020. O Brasil foi o 19º maior produtor do metal no ano passado.

A produção de ouro global em 2013 foi de 2.804 toneladas métricas, um aumento de 4% em relação a 2012. Com base na previsão feita pelo relatório, a produção de ouro aumentaria em 10,5% no ano que vem e 17,6% em 2017, na comparação com 2013.

A expectativa do US Geological Survey (USGS) é de que muitos projetos de ouro espalhados pelo mundo entrem em operação até 2020, fator que aumentaria a produção global do metal. A previsão do “Global Gold Mining to 2020” é de que taxa de crescimento anual composta (CAGR) esteja em 2,5% até 2020. O destaque é para o crescimento da demanda por ouro no mercado de joias na Ásia.

O relatório abrange dados históricos e previsões globais para a produção de ouro em 2020, incluindo a produção dos principais países, reservas por teor e geografias, preços e despesas com tratamento e refinamento de minério. O “Global Gold Mining to 2020” também fala sobre os fatores que podem influenciar a indústria, apresenta os perfis das principais mineradoras de ouro, com informações sobre as atividades, desenvolvimento e exploração dos projetos dessas companhias.

Os 20 principais países produtores, além do Brasil, são China, Estados Unidos, Austrália, Rússia, África do Sul, Peru, Indonésia, Gana, Canadá, Cazaquistão, Tanzânia, Papua-Nova Guiné, Uzbequistão, Filipinas, Mali, México, Colômbia, Argentina e Chile.

De acordo com o relatório, a indústria do ouro contribui para o crescimento da economia dos países mencionados à medida que novos investimentos na mineração do metal estão aumentando a produção, com o planejamento de novos projetos para o período de 2014 a 2020.

Entre os itens destacados pela RR Market Research, está a questão do teor de ouro ter sofrido queda nos últimos anos. O teor de minas produtoras de ouro no mundo variam de 0,1 grama por tonelada de ouro a 32,8 gramas por tonelada de ouro.

O “Global Gold Mining to 2020” faz uma análise geral da mineração de ouro, apontando os fatores principais e obstáculos que podem afetar a indústria. O documento também tem informações sobre reservas, produção, preços e cenário competitivo. O relatório pode ser adquirido no website da RnR Market Research.

Fonte: Notícias de Mineração Brasil

28-13/08/2014

DIRETORIA DO SIMINERAL TOMA POSSE NA PRÓXIMA QUINTA-FEIRA

O executivo José Fernando Gomes Júnior ficará à frente do Sindicato das Indústrias Minerárias do Estado do Pará (Simineral) por mais quatro anos.

A posse da diretoria será realizada amanhã, 14, no auditório Albano Franco da Federação das Indústrias do Estado do Pará (Fiepa). Na última segunda-feira, 11, José

Fernando visitou a diretoria do Grupo RBA para entregar o convite para a posse. Na ocasião, ele foi recebido pelo diretor geral do Grupo RBA, Camilo Centeno.

José Fernando ressalta que alcançou muitas vitórias desde que assumiu a presidência do sindicato. “Para nós, é um grande orgulho esse legado de deixar impresso e registrado o que o setor mineral faz no estado para que a sociedade saiba e se aproprie dessa informação e que venha junto conosco fazer um estado melhor”, disse, ao se referir ao Anuário Mineral do Pará, que já está em sua terceira edição.

Foi também no primeiro mandato do executivo que foi criado o Dia Estadual da Mineração(celebrado em 14 de março) e foi instalada a Casa da Mineração, um espaço onde a população pode visitar e obter informações sobre esta que é uma das principais atividades econômicas do Pará.

Para se ter uma dimensão, no ano passado, 88% das exportações paraenses foram feitas pelas indústrias de mineração, o que corresponde a um valor de US\$ 13,9 bilhões.

Fonte: Diário do Pará Online

29-13/08/2014

8º CBMINA ENCERRA COM PREMIAÇÕES DE TRABALHOS TÉCNICOS

Entre os dias 6 a 8 de agosto, o **Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM - www.ibram.org.br)** promoveu, em Belo Horizonte, a 8ª edição do CBMINA - Congresso Brasileiro de Mina a Céu Aberto e Congresso Brasileiro de Mina Subterrânea. O evento, que contou com parceria da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), reuniu cerca de 400 congressistas que tiveram a oportunidade de trocar experiências com grandes nomes do setor de mineração, além de profissionais da academia e estudantes.

A 8ª edição do CBMINA foi encerrada com a premiação dos melhores trabalhos apresentados durante os três dias de encontro. Ao todo, foram inscritos 94 trabalhos técnicos, dos quais 58 enviados por instituições de ensino e 36 por empresas, órgãos públicos, entidades de classe e consultores independentes foram apresentados nas sessões técnicas.

Segundo o Diretor-Presidente do IBRAM, José Fernando Coura, o tradicional evento demonstrou, mais uma vez ser de grande importância para o setor, promovendo trocas de conhecimentos fundamentais para a evolução da atividade mineral. “O CBMINA é uma janela de oportunidades para que ocorram enriquecedores debates referentes a diversos temas da atualidade da mineração brasileira. A atividade mineral, muito dinâmica, necessita de constante aprimoramento, o que vem sendo alcançado com a participação efetiva de profissionais, estudantes e especialistas reunidos em eventos promovidos pelo IBRAM”.

Para o Diretor de Assuntos Ambientais, Rinaldo Mancin, está é uma excelente oportunidade para promover uma migração de conhecimentos entre especialistas e os estudantes. “Essa troca de informações proporciona aos estudantes a chance de conhecerem melhor o setor mineral e assim aprimorarem seus conhecimentos técnicos”.

O vencedor da categoria “Estudante de Cursos Técnicos e Graduação”, premiado com um notebook, foi o trabalho “Perspectivas da produção de óleo e gás pelo método de faturamento hidráulico”, dos autores, Carlos Mouallem, Wilson Trigueiro de Sousa, Ivo Eyer Cabral, Adilson Curi (Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP).

O segundo lugar ficou com o trabalho “Fatores de mínima-máximas autocorrelações aplicada À estimativa de teores”, autores: Camilla Zacché da Silva, João Felipe Costa (Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS). Ele foi premiado com um Smartphone Samsung Galaxy S4 19505 desbloqueado. O trabalho “Estudante de Cursos Técnicos e Graduação”, dos autores Christiane Ribeiro, Vlândia C.G. de Souza, Jair Carlos Koppe (Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS), foi premiado com o 3º lugar e recebeu um iPad mini 16 Gb Wifi.

Na Categoria Profissional, o vencedor foi o trabalho “New constitutive equation for salt rock creep”, dos autores Gabriel Esteves Motta, Cláudio Lúcio Lopes Pinto (Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG).

A próxima edição do CBMINA está prevista para ocorrer em 2016.

Fonte: IBRAM - Profissionais do Texto

30-13/08/2014

AÇO

Produção brasileira deve cair em 2014

A indústria siderúrgica brasileira deverá fechar o ano de 2014 com queda na produção, vendas e consumo. Foi o que previram dirigentes do Instituto Aço Brasil, na abertura do 25o Congresso Brasileiro do Aço, realizado nos dias 12 e 13 de agosto, em São Paulo. Pelas previsões, a produção de aço deve somar 33,3 milhões de toneladas em 2014, com queda de 2,5% em relação a 2013, enquanto as vendas internas totalizariam 21,7 milhões t, ou 4,9% a menos do que no ano passado. O consumo aparente de aço, por sua vez, deverá totalizar 25,3 milhões de toneladas, uma redução de 4,1% comparado com 2013, o que significa que uma parte do consumo será suprida por importações. Já as exportações devem apresentar aumento de 3,9% em relação ao ano anterior, somando 8,4 milhões de toneladas, basicamente em função do religamento do alto forno 3 da ArcelorMittal Tubarão. Mas as importações também devem aumentar, com um total de 3,8 milhões de toneladas, o que representa um aumento de 1,8% sobre o ano de 2013. Para o Instituto Aço Brasil, a siderurgia brasileira vem sendo afetada por fatores sistêmicos que afetam a sua competitividade. Dentre estes fatores destacam-se a elevada carga tributária e cumulatividade dos impostos, custo da energia elétrica e câmbio

valorizado, que afetam não apenas a indústria siderúrgica mas também seus principais setores consumidores, como as indústrias automotiva, de máquinas e equipamentos e da construção. “A perspectiva é a de que, enquanto perdurarem as assimetrias competitivas do País e o elevado excedente de oferta de aço no mundo, o aço brasileiro continuará tendo dificuldades tanto no mercado interno quanto no internacional”, afirmam os dirigentes.

Fonte: Brasil Mineral 665

31-14/08/2014

TRANSNORDESTINA CSN acata multa por irregularidades na ferrovia

A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) aceitou, em acordo, com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), e sem contestação judicial, multa de R\$ 10,275 milhões por irregularidades na obra da Ferrovia Transnordestina, numa série de processos administrativos abertos pela agência a partir de 1999. A CSN fez reestruturação societária na ferrovia e abriu espaço para as estatais no bloco de controle. A Ferrovia Transnordestina Logística (FTL) é subsidiária da CSN e tem seus ativos concentrados na Transnordestina Logística (TLSA), onde há maior participação das estatais. Com a decisão de abrir espaço para as estatais, a CSN alivia a pressão sobre as cotas dos investimentos na ferrovia e transfere a responsabilidade do custo da obra. A retirada da TLSA do balanço financeiro da CSN garantiu um ganho de R\$ 473,9 milhões em receitas à siderúrgica. A Valec ampliou sua parcela em 25% das ações preferenciais da TLSA após aplicar R\$ 400 milhões, totalizando investimento de R\$ 564,6 milhões na Transnordestina. O BNDES tem 11,72% de participação, ao custo de R\$ 508 milhões, e ganhou poder de decisão sobre aportes e orçamento, até então exclusivos da CSN. O Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE) entrou como sócio através de emissão de debêntures. Com esta operação, a CSN melhorou o perfil de sua dívida e a relação entre dívida líquida e Ebitda.

Fonte: Brasil Mineral 665

32-14/08/2014

MINÉRIO DE FERRO Exportações crescem 10,7% no semestre

Segundo relatório divulgado pelo Sindicato Nacional da Indústria da Extração do Ferro e Metais Básicos – Sinferbase, as exportações brasileiras de minério de ferro registraram um aumento de 10,7% no primeiro semestre de 2014 em comparação a igual período do ano passado. No total, as vendas internacionais totalizaram 142,262 milhões de toneladas, contra 128,479 milhões t no 1S13. Apenas em junho passado, as exportações cresceram 8,3%, atingindo 26,692 milhões t. A Vale e suas empresas coligadas responderam pela venda externa de 23,996 milhões de toneladas de minério de ferro; a Samarco, por 2,53 milhões t; e a MMX, por 166 mil t. O volume informado de exportações de minério de ferro já engloba as vendas externas de pelotas, que praticamente se mantiveram no mesmo nível de 2013. No 1S14, o Brasil exportou

22,328 milhões de toneladas, contra 22,478 milhões t de janeiro a junho de 2013. No mercado interno, as vendas de minério de ferro + pelotas não registraram grandes oscilações nos seis primeiros meses de 2014 no comparativo a igual período de 2013. De acordo com o relatório do Sinferbase, de janeiro a junho de 2014 foram comercializadas no território nacional 12,182 milhões t, contra 12,410 milhões t no 1S13. O mesmo comportamento pode ser verificado no mês de junho: 2,065 milhões t em 2014 contra 2,055 milhões t em 2013.

Fonte: Brasil Mineral 665

33-14/08/2014

Luna Gold revê produção e adia expansão

A Luna Gold anunciou que reviu a produção de ouro para 2014, e que isto vai atrasar parte da expansão da primeira fase do projeto Aurizona no Brasil por tempo indeterminado, devido ao excesso dos custos. Com base na produção de ouro e custos unitários, a produção deve cair das 85 a 95 mil onças para 75 a 80 mil onças.

O custo deve passar de uma faixa entre US\$ 690 a US\$ 740 para US\$ 825 a US\$ 900. Após um pacote final de custos para implantação da primeira fase do projeto, a Luna constatou que os custos aumentaram de US\$ 50 milhões para US\$ 63 milhões. A Companhia tem a intenção de completar os quatro circuitos principais de pacotes de trabalho 1 (“WP1”) e 2 (“WP2”), bem como cumprir os compromissos de aquisição pendentes, WP1 (Washing Plant 1) e WP2.

O prazo para a conclusão mecânica de WP1 e WP2 permanece antes do final de 2014 e a empresa está trabalhando com as autoridades de mineração e meio ambiente para o comissionamento de forma modular, permitindo a instalação de WP1 e WP2. Já as instalações WP3 e WP4 serão adiadas indefinidamente. Geoff Chater, Presidente e CEO da Luna Gold, declarou que a empresa precisa determinar o perfil de produção ideal para a produção de vida longa e sustentável na mina Aurizona.

Fonte: Brasil Mineral 665

34-14/08/2014

Se aprovada, Lei permitirá o emprego de milhares de geólogos

Por Marcelo Villela, agosto 14th, 2014, 4:50 - [LINK PERMANENTE](#)

« voltar para casa

O Projeto de Lei Nº .391, que está tramitando desde 2013, pode ser aprovado ainda em 2014. A Lei (veja abaixo) altera o Estatuto das Cidades incluindo O Plano Diretor da Mineração para os Municípios. Segundo ela todos os municípios que possuem jazidas minerais deverão contratar “especialista” para a realização de “estudos minerários” (as asp são nossas).

No Brasil existem 5.570 municípios e a maioria desses tem jazidas de minério, que são muitas vezes exploradas, sem o enquadramento correto nas leis ambientais e municipais. Um plano diretor vai reduzir as sequelas comuns à mineração como ruído, pó, poluição, uso de recursos e de estradas municipais etc... É, também, frequente o impacto negativo no município, seus habitantes e meio ambiente, quando ocorre o fechamento de minas, assuntos que deviam ter sido equacionados antes da implantação do empreendimento mineiro.

Vários municípios brasileiros já criaram um Plano Diretor de Mineração para o planejamento e a regulação da ocupação do solo, com a eliminação de conflitos, disciplinando o aproveitamento das substâncias minerais, inclusive as matérias-primas usadas na construção civil.

No momento o Projeto, que deve se adequar ao novo Código Mineral, está sendo analisado na Comissão de Minas e Energia desde quatro de junho deste ano.

Se a Lei for aprovada os Geólogos, Técnicos de Mineração e Engenheiros de Minas serão os profissionais mais indicados para agir como interface entre a mineração e o Município, criando um plano executável que maximize a mineração e minimize os impactos negativos desta no ambiente e na sociedade durante e após o empreendimento.

Serão criados milhares de empregos que redundarão em benefícios aos municípios atingidos.

IMPORTANTE: O relator do Projeto o Deputado VITOR PENIDO já deu seu parecer pela aprovação.

Veja a Lei:

PROJETO DE LEI nº 6.391, de 2013

Do Sr. LUIZ FERNANDO MACHADO

Altera a Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto das Cidades) para incluir o Plano Diretor da Mineração para os municípios.

Art. 1º. A Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto das Cidades) passa a vigorar acrescida dos seguintes dispositivos:

“Art. 42-C. O plano diretor da mineração, aprovado por lei municipal, é o instrumento básico da política de exploração das reservas de minério dentro dos limites do território de cada município.

§ 1º. É obrigatório para todos os municípios que possuem jazidas de minério, independente do número de habitantes.

§ 2º. O conteúdo do plano diretor da mineração deve ser compatível com as disposições contidas no Código da Mineração.

§ 3º. Todos os municípios com jazidas de minério devem contratar especialista para a realização de estudos minerários.

§ 4º. A aprovação de projetos de exploração de jazidas de minério nos municípios fica

condicionada à apresentação de alvará de autorização de pesquisa emitido pelo Departamento Nacional de Produção Mineral-DNPM.”

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Apresentamos a presente propositura para acrescentar dispositivos na Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto das Cidades), para incluir o Plano Diretor da Mineração para os municípios.

Como bem define o referido instituto, o plano diretor nada mais é que um conjunto de princípios e regras orientadoras da ação dos agentes que constroem e utilizam o espaço urbano. Portanto, a inclusão do plano diretor da mineração se faz necessária nos municípios para haver um ordenamento não só do uso do solo urbano, mas também das jazidas de minério, assegurando, assim, efetivamente o pleno desenvolvimento das funções sociais das cidades. Também existe a preocupação com o equilíbrio ambiental, que só pode ser garantido através de um planejamento de desenvolvimento das cidades, principalmente naquelas em que existem jazidas de minério e sofrem explorações sem qualquer realização de estudo, pesquisa e acompanhamento por parte de órgãos técnicos. Por isso a obrigatoriedade da contratação de um especialista para a realização de estudos minerais por parte de cada município possuidor de jazidas de minério.

Com a implantação do plano diretor da mineração para os municípios que possuem a exploração de jazidas de minério objetiva-se a melhor utilização do uso do solo, e também garantir o ordenamento adequado do território urbano para evitar a degradação do meio ambiente. Ademais, apresentar à população desses municípios a garantia de uma cidade sustentável para as presentes e futuras gerações.

Desta forma, diante das explanações busco o apoio dos nobres Parlamentares para a aprovação da presente propositura.

Sala das Sessões, 2013. LUIZ FERNANDO MACHADO PSDB – SP

Fonte: www.geologo.com.br

35-14/08/2014

Aura Minerals anuncia os resultados operacionais e financeiros do segundo trimestre de 2014

Jim Bannantine, CEO e presidente da empresa declarou “o foco contínuo da Aura na eficiência operacional e nos programas de redução de custo resultou em um trimestre rentável para a empresa. O primeiro semestre de 2014 foi relativamente alinhado com nossas expectativas de produção e estamos a caminho de cumprir a orientação do 2014. Aura tem sido capaz de utilizar o fluxo de caixa operacional gerado para gerenciar sua dívida de terceiros.”

Por Infomine

36-14/08/2014

Importação de alumínio dispara no país

Por **Olivia Alonso** | De São Paulo

A decisão do governo de zerar o imposto de importação do alumínio primário coloca novamente em discussão o rumo dessa indústria na fabricação do metal no país. Diversos cortes de produção feitos nos últimos seis anos resultaram em uma queda de 40% no volume de alumínio produzido no formato bruto. O alto custo de produção, principalmente de energia, e o baixo preço do metal tornam as operações inviáveis. Como consequência da falta do metal no mercado doméstico, as importações crescem a um ritmo acelerado e só aumentam as preocupações do setor.

Diante disso, a Associação Brasileira do Alumínio (Abal) pediu ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) a isenção do imposto de importação do metal. O pedido foi aceito e a Câmara de Comércio Exterior (Camex) decidiu na última semana zerar temporariamente a alíquota, que era de 6%. A medida vale por um ano, desde o próximo dia 18 de agosto, até o limite de 300 mil toneladas e 7,5 mil por importador a cada pedido.

Em entrevista ao **Valor**, o novo presidente-executivo da Abal, Milton Rego, afirmou que o pedido teve o intuito de manter a cadeia do alumínio brasileira. "Temos que tentar manter a competitividade das transformadoras", afirmou. Essas companhias têm enfrentado dificuldade para comprar o alumínio primário no país e enfrentam forte concorrência dos produtos importados. Com a oferta em queda, o prêmio cobrado para a entrega imediata teve forte alta no país nos últimos meses. Atualmente, paga-se cerca de US\$ 550 por tonelada acima do preço do metal na bolsa de Londres, de US\$ 2 mil por tonelada, segundo fontes do setor.

A Novelis, que apesar de ter uma pequena produção de alumínio primário destaca-se como importante laminadora de alumínio do país, já afirmou que vêm aumentando as importações nos últimos meses. Segundo dados da Abal, as importações de alumínio primário de janeiro a junho somam 117 mil toneladas, mais do que o dobro das 50 mil toneladas registradas em todo o ano passado.

A situação é resultado das dificuldades das produtoras de alumínio primário em manter sua produção. "O Brasil precisa decidir se ainda quer ter uma indústria do alumínio primário. Estamos chegando ao limite do tempo para tomar decisões", afirma Rego. Ele diz que a dificuldade de retomada da produção aumenta com o tempo principalmente por questões técnicas. "Estamos chegando no fim do segundo tempo. A situação é grave, mas é reversível. Corremos o risco de o Brasil ser somente importador de produtos de alumínio e exportador de bauxita [minério do qual se extrai o alumínio]."

De 1,7 milhão de toneladas há seis anos, o país pode terminar 2014 com 1 milhão de toneladas produzidas, queda de 40%. "Calculamos 1 milhão de toneladas com viés de

baixa", disse Rego, em entrevista exclusiva ao **Valor PRO**, serviço de informações em tempo real do **Valor**.

Enquanto a produção de metal cai, o consumo de produtos de alumínio continua a crescer. No ano passado, foram consumidas cerca de 1,5 milhão de toneladas. Para este ano, a estimativa é de aumento da ordem de 5%. Assim, o país poderá terminar 2014 com um consumo próximo de 1,6 milhão de toneladas, o que significa uma diferença de 600 mil toneladas em relação à produção de alumínio primário. Até 2012, produção e consumo estavam praticamente empatados no país. Uma parte dessa diferença será compensada com fundição de sucata.

Desde então, Alcoa, BHP Billiton, Novelis e Votorantim Metais cortaram linhas, ajustando, em alguns casos, primeiramente às suas disponibilidades de energia própria. Depois, porque a operação deixou de ser viável e aproveitaram para vender energia "Elas estão parando de produzir. E como têm energia, vendem", diz Rego.

37-14/08/2014

EXPOSIÇÃO TRAZ A HISTÓRIA DA MINERAÇÃO

O Museu Nacional dos Correios, em Brasília (DF), recebe exposição que retrata história da mineração no Brasil. Intitulada "Os Geraes de Minas", a mostra, com curadoria de Diogenes de Almeida Campos (Academia Brasileira de Ciências), apresenta diversos itens que ilustram esse marco histórico como maquetes, iconografias, vídeos, fotos, pinturas e fósseis originais.

As pedras preciosas ganham espaço especial no evento, com aparições na forma bruta, lapidadas ou até mesmo montadas em joias.

no Museu dos Correios (SCS quadra 4). até 12 de outubro, terça a sexta das 10h às 19h. Sábado, domingo e feriados das 12h às 18h. Entrada franca. CI: livre.

Fonte: Jornal Destak

38-14/08/2014

UBYFOL ANUNCIA APORTES DE R\$ 200 MILHÕES EM UBERABA

Uberaba (Triângulo) vive um momento de pleno desenvolvimento e grandes investimentos públicos e privados. Dessa vez, a Ubyfol, empresa já sediada no município, anunciou a construção de uma nova planta industrial na cidade, mediante aportes de R\$ 150 milhões, que devem gerar 200 empregos diretos. Outros R\$ 50 milhões estão sendo investidos na expansão da atual fábrica.

Em reunião com o prefeito Paulo Piau, o diretor-executivo da companhia, Fabrício Fonseca Simões, detalhou a destinação dos recursos e afirmou que a nova unidade será a maior do segmento de fertilizantes especiais da América Latina. A previsão é que ela comece a operar em 2016.

No momento, a empresa está investindo na transferência de suas operações da avenida Alexandre Barbosa para o Distrito Industrial (DI) II. A unidade já está em fase final de construção e a mudança vai ocorrer no início de 2015. Dos R\$ 50 milhões que estão sendo aportados neste projeto, 60% são do caixa da empresa e 40% provenientes de financiamentos junto a bancos de fomento.

Já a fábrica maior será erguida no Distrito Industrial III, mediante inversões de R\$ 150 milhões, que também serão provenientes da companhia e de financiamentos. "Hoje, o Brasil ainda importa muito fertilizante. Estamos trazendo exatamente isso. Ou seja: diminuindo a dependência de grandes players, como a China, e fabricando esses insumos aqui a partir de 2016", afirmou Simões durante encontro com Paulo Piau. Isso porque a fábrica de fertilizantes especiais será inédita no país, diminuindo a dependência da importação de componentes da Europa para a produção de adubos.

Ele destacou ainda que se trata de um projeto de âmbito nacional e internacional. "Em nosso planejamento estratégico, já projetamos uma grande expansão a médio e longo prazos. Hoje, temos cem funcionários e mais cem representantes no campo. Com a transferência para o DI II mais de 50 empregos deverão ser gerados e também mais impostos", completou o executivo.

No próximo exercício, a Ubyfol completa 30 anos de existência, produzindo fertilizantes e vendendo para todas as regiões brasileiras, Mercosul, América Central, Europa e África. A previsão é que o grupo fature R\$ 70 milhões em 2014. Além disso, de acordo com o plano de negócios da companhia, o faturamento deverá atingir a cifra de R\$ 500 milhões em 2018. Já a expectativa para 2021 é chegar a R\$ 1 bilhão.

Fonte: Diário do Comércio

39-14/08/2014

GEMOLOGICAL INSTITUTE OF AMERICA VISITA INSTALAÇÕES DA MINERAÇÃO DUAS BARRAS

Os representantes do Gemological Institute of America (GIA) visitam, nesta semana, as instalações da mina de diamante e ouro da Mineração Duas Barras, em Minas Gerais. A unidade subsidiária da Brazil Minerals vai oferecer um passeio detalhado pelas operações. A Mineração Duas Barras possui concessão de lavra para cerca de 1.404 de hectares no Vale do Jequitinhonha (MG). Os diamantes de Duas Barras são exportados para os Estados Unidos para a classificação e certificação pelos laboratórios do GIA. A Brazil Minerals é uma produtora de diamante e ouro, que desenvolve projetos de

vanádio, titânio e ferro no Brasil.

Fonte: Notícias de Mineração Brasil

40-15/08/2014

JAGUAR QUER EXPLORAR DEPÓSITO DE FERRO EM MINAS GERAIS

A Jaguar Mining apresentou pedido de autorização de pesquisa para um depósito de minério de ferro localizado dentro das propriedades Palmital e Bocaina, em Minas Gerais, onde a mineradora possui direitos de exploração de ouro. A informação foi divulgada em comunicado ao mercado na última terça-feira (12).

A mineradora afirmou que apresentou o pedido de Guia de Utilização (GU) ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e a Licença de Operação para Pesquisa (LOP) à Superintendência de Regularização Ambiental de Minas Gerais (Supram). De acordo com a Jaguar, o acesso ao depósito de ferro, localizado a cerca de 26 quilômetros de Itabirito (MG), é o mesmo usado para chegar à mina de ouro Palmital, que é parte do projeto Paciência.

Dados do DNPM, obtidos por meio do website Jazida.com, mostram que o pedido é da subsidiária Mineração Serras do Oeste, que detém cinco direitos minerários para minério de ferro, sendo três requerimentos de lavra, uma autorização de pesquisa e um requerimento de pesquisa.

Segundo o CEO da empresa, George Bee, a descoberta do depósito de ferro não muda o principal objetivo da empresa em Minas Gerais, que é o desenvolvimento dos ativos de ouro. "Este depósito de ferro apresenta uma oportunidade de fazer caixa para a empresa, com pouca ou nenhuma despesa de capital, ajudando assim o nosso negócio de ouro", afirmou.

Com base nas atividades de exploração realizadas até o momento, um depósito mineral contendo hematita, itabirito e fragmentos de quartzo, consolidado por limonita, goethita e outros minerais de ferro e de argila, foi mapeado e supervisionado pela Jaguar.

Amostras de sete trincheiras foram coletadas por geólogos da Jaguar e enviadas para o SGS Geosol, um laboratório sediado em Belo Horizonte (MG), para a seleção e preparação de amostras, apontando teores de até 63,1% de ferro.

Segundo a Jaguar, os teores elementares e de óxido foram analisados por fluorescência de raio X e a perda por ignição, do inglês loss on ignition (LOI), foi determinada por calcinação por alta temperatura.

Além de direitos minerários para exploração de ouro em Minas Gerais, a Jaguar é dona das minas Paciência, Turmalina e Caeté, todas no Estado, e do projeto de ouro Gurupi,

no Maranhão. Além da Serras do Oeste, a mineradora tem as subsidiárias Mineração Turmalina e MCT Mineração, no Brasil.

Fonte: Notícias de Mineração Brasil

41-15/08/2014

Investimentos japoneses têm uma perspectiva de longo prazo

Por **Carlos Vasconcellos** | **Para o Valor, do Rio**

Segundo dados do Censo do Investimento Estrangeiro Direto de 2012, o estoque de investimentos japoneses no Brasil passa de US\$ 31,29 bilhões. Isso representa pouco mais de 5% do IED total no país. Só nos últimos cinco anos, o volume chegou a US\$ 20 bilhões. "Nos últimos quatro anos, nossa carteira de clientes no país triplicou", diz Toshifumi Murata, presidente do Banco de Tokyo Mitsubishi UFJ.

Para Murata, a desaceleração da economia brasileira não deve afetar os investimentos japoneses no país no longo prazo. "O desaquecimento é momentâneo e as empresas do Japão devem ver o Brasil como uma oportunidade de futuro."

Grande parte desses recursos investidos hoje vem da indústria automobilística. O país é visto como um mercado estratégico pelas montadoras japonesas. E apesar do desaquecimento da economia, elas continuam apostando no longo prazo.

"Vamos dobrar nossa capacidade de produção para 240 mil veículos por ano, até 2020", conta Paulo Takeoshi, diretor-executivo da Honda South America. Para isso, a empresa investiu R\$ 1 bilhão na construção de uma segunda fábrica no país, em Itapirana (SP). Segundo ele, a empresa espera ocupar plenamente essa capacidade até lá e pretende aumentar o nível do conteúdo nacional nos veículos, que hoje é de 60%.

Para isso, a Honda inaugurou no começo do ano um novo centro de pesquisa e desenvolvimento, em Sumaré (SP), num investimento de R\$ 100 milhões. "Nos próximos anos, queremos chegar ao mesmo nível de conteúdo nacional das nossas motos, de 90%", diz.

A montadora também se volta para o mercado de energia. Por meio de uma subsidiária, a Honda Energy do Brasil, a empresa investirá R\$ 100 milhões em um parque eólico com capacidade de geração de 95 MW/ano no Rio Grande do Sul. A energia gerada por nove turbinas eólicas vai suprir 100% da demanda de uma das fábricas da companhia e reduzirá em 30% as emissões de CO₂ da unidade de produção de Sumaré.

A Toyota não fica atrás. A empresa vai investir R\$ 1 bilhão em uma linha de produção de motores no país. A nova planta entrará em operação em 2016. Inicialmente, a fábrica de Porto Feliz (SP) produzirá os motores do modelo Etios, e mais tarde também vai produzir motores para o Corolla.

"Temos uma perspectiva de longo prazo e sabemos que o mercado voltará a crescer. Vamos esperar o momento certo", explica Ricardo Bastos, gerente-geral de relações públicas e assuntos governamentais da Toyota do Brasil.

Bastos acredita que o regime automotivo do programa Inovar Auto, que vigora até 2017, é uma medida importante para o desenvolvimento do setor. O programa permite a redução de até 30 pontos na alíquota do IPI dos carros produzidos no país, para as empresas que cumpram metas de investimento em pesquisa e desenvolvimento. "No longo prazo, seria interessante criar um regime tributário para o setor que premiasse a eficiência energética, o baixo consumo de combustível, por exemplo", diz. "Isso criaria um ambiente de concorrência saudável e estimularia práticas sustentáveis."

A Mitsubishi também tem planos para o país. A empresa pretende investir R\$ 1 bilhão na construção de uma fábrica de motores em Goiás. No entanto, os interesses do conglomerado japonês no Brasil não se limitam ao mercado automotivo. Por meio de suas subsidiárias, o grupo tem atuado em segmentos como construção naval, equipamentos para a indústria petroleira e mineração, entre outros.

De acordo com a Mitsubishi Corporation, o Brasil é um mercado de grande potencial de crescimento futuro, especialmente na exploração de recursos naturais. A expansão da classe média no país também chama a atenção da empresa, pela possibilidade de desenvolvimento do mercado consumidor no país.

Outro segmento que vem atraindo o investimento japonês é o de equipamentos médicos. Recentemente, a Horiba, especializada no desenvolvimento e produção de instrumentos de medição e análise, investiu R\$ 20 milhões em uma nova fábrica de reagentes em Jundiá, por meio da Horiba Medical Brasil.

A nova planta é a quinta unidade de produção de reagentes da multinacional japonesa no mercado global, e também a mais moderna. "Vamos atender o prioritariamente o mercado brasileiro e sul-americano", diz Hamilton Ibanez, diretor-geral da Horiba do Brasil. "O passo seguinte é certificar nossa produção para exportação para mercados como Europa e Estados Unidos."

Ibanez explica que, no entanto, a possibilidade de fabricar equipamentos no Brasil está descartada no curto prazo, por causa do cenário de instabilidade cambial. "No longo prazo, temos planos de nacionalização, não só de equipamentos. Hoje, até nossas embalagens são importadas", afirma.

42-15/08/2014

Empresas elegem Itu para se instalar

Por **Salete Silva** | **Para o Valor, de São Paulo**

As companhias japonesas serão responsáveis por 40% dos R\$ 575,7 milhões que deverão ser arrecadados este ano pelo município paulista de Itu, segundo a Secretaria

Municipal de Apoio e Incentivo ao Desenvolvimento Empresarial. Empresas de diferentes segmentos, como máquinas pesadas, autopeças, retificadoras, tubos e transmissões, inauguraram fábricas em Itu nos últimos anos.

Um dos primeiros e maiores investimentos é resultado da aquisição em 2011 da Schincariol pela Kirin Holdings Company, um dos grupos líderes de bebidas do mundo, presente em mais de 15 países. A sede da subsidiária brasileira, Kirin Brasil, em Itu, emprega 3.500 pessoas. A concentração de companhias japonesas no município é coincidência, dizem os executivos e representantes das companhias.

A boa infraestrutura e a logística privilegiada, argumentam, é o que atrai os empresários japoneses. Além disso, as empresas recebem incentivos fiscais, como Imposto Sobre Serviços (ISS) com alíquotas que variam de 2% a 5% de acordo com a lista de atividades e isenção de 12 anos do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) para empresa proprietária do imóvel e de 10 anos às companhias locatárias.

"O objetivo era entrar neste segmento no Brasil e a Schincariol tinha a sede principal em Itu que foi mantida", explica Gino Di Domenico, CEO da Brasil Kirin. Ele reconhece, no entanto, a importância da logística da região para os negócios. "O hub logístico, com transporte aéreo, ferroviário, rodoviário, malha que facilita o transporte, além do alto poder aquisitivo dos consumidores e da concentração de universidades, centros de pesquisa e da proximidade com São Paulo são atraentes para os negócios", diz Domenico.

O investimento da Kirin Brasil ultrapassou R\$ 1 bilhão nos últimos três anos, o CEO informa.

Também estão ali três empresas do Grupo Aisin, um dos maiores fornecedores de componentes automotivos do mundo. Empregam 325 pessoas. Aisin Automotive recebeu investimentos de R\$ 258,2 milhões nos últimos três anos, aplicados na produção de componentes e conjuntos de assentos, travas e limitadores de portas. Em 2016 a empresa dará início à produção de peças de motor (bombas de óleo e de água). A expectativa é faturar R\$ 160 milhões.

Há 40 anos no Brasil, a Sumitomo Corporation, uma das maiores tradings do mundo, presente em 65 países, investiu R\$ 130 milhões na Sumitomo DriveTechnologies, unidade instalada em Itu em 2011. A empresa fabrica redutores de velocidade para diversos tipos de equipamentos dos setores de mineração, siderurgia e indústria sucroalcooleira. "A fábrica nos aproximou dos nossos clientes permitindo a customização demandada por alguns mercados brasileiros", explica o diretor superintendente da Sumitomo Drive Technologies, Marcelo Kuramoto.

Apesar da instabilidade econômica em ano eleitoral, o superintendente avalia, a empresa tem obtido resultados positivos em virtude do amplo portfólio de produtos e de soluções

exclusivas. Sua expectativa é que o faturamento da Sumitomo Drive Technologies alcance R\$ 65 milhões até 2016.

43-15/08/2014

Siderúrgicas pedem recuperação judicial

Por **Ivo Ribeiro** | De São Paulo

A Cisam Siderurgia e a Ciafal, duas fabricantes de aços longos comerciais e especiais de Pará de Minas e Divinópolis, em Minas Gerais, entraram com pedido de recuperação judicial há uma semana nos fóruns das duas cidades.

O diretor financeiro da Cisam, Flávio Silvino, justificou a atitude dizendo que elas buscaram proteção contra seus credores, principalmente dois grandes bancos paulistas. Ele disse que o endividamento soma cerca de R\$ 200 milhões. Segundo apurou o **Valor**, as duas instituições seriam o Bradesco e o Itaú.

Silvino disse que, além do problema com os dois grandes credores, a situação crítica do mercado siderúrgico do país desde maio contribuiu para agravar a situação das duas empresas.

O endividamento, segundo o diretor, é decorrente do plano de expansão das empresas, iniciado entre 2006 e 2007 e até o momento não totalmente concluído. O investimento, a maior parte com recursos de terceiros, foi da ordem de R\$ 200 milhões.

Silvino informou que a decisão de pedir recuperação - "a qual os acionistas relutaram até o último momento em tomar" - buscou garantir a continuidade das operações das empresas e o atendimento de seus 1.500 clientes pulverizados em diversos setores da indústria, como automotivo, de agronegócios e construção civil.

Segundo o diretor, o juiz da comarca de Divinópolis deferiu ontem o pedido de recuperação da Ciafal. "Agora aguardamos a decisão sobre a Cisam, em Pará de Minas". Ele espera em 60 dias apresentar um plano econômico aos juízes que permita manter as operações de Ciafal e Cisam e quitar o passivo com seus clientes.

Ele destacou que a empresa buscava uma reestruturação do seu endividamento com as instituições financeiras. E que, diante de impasse, sofreu nos últimos meses "cobrança abusiva" de juros e, em julho, o que foi decisivo para o pedido, o bloqueio de recebíveis.

Ele informou que Cisam e Ciafal empregam juntas 400 funcionários. E contam com capacidade conjunta de produção da ordem de 300 mil toneladas ao ano.

Desde a morte do fundador, Wilson Santos, em 1984, o grupo é comandado pelo filho Eduardo Fonseca Santos. Na época, ele lançou um plano de modernização, entrando nos

segmentos de barras. O atual portfólio engloba também barras chatas, cantoneiras, blocos e lingotes e ferro-gusa.

Com unidade industrial integrada (alto-forno, aciaria e laminação), a empresa fabrica a partir de minério e carvão vegetal e opera três unidades de laminação (Ciafal, Sidercentro e Central).

O faturamento anual é da ordem de R\$ 350 milhões, mas os negócios recuaram cerca de 30% desde maio, informou o diretor. A origem das empresas é de 1962, quando a Ciafal foi criada em Divinópolis para comercializar sucata de ferro e aço.

44-15/08/2014

LUNA PRODUZ 33.676 ONÇAS DE OURO NO 1º SEMESTRE

A Luna Gold produziu 33.676 onças de ouro no primeiro semestre de 2014. Nesse período, a mineradora vendeu 36.884 onças do metal, utilizando parte do estoque de 5.778 onças. Toda a produção da empresa é proveniente da mina Aurizona, em Godofredo Viana (MA). Os resultados do segundo trimestre de 2014 foram divulgados hoje (14).

A mineradora teve receita de US\$ 16,1 milhões no segundo trimestre de 2014, incluindo as vendas feitas para a Sandstorm Gold, que detém cerca de 20% das ações da Luna. A mineradora de ouro teve lucro líquido de US\$ 100 mil de abril a junho deste ano. No ano, o lucro líquido foi de US\$ 7,6 milhões.

O lucro bruto da Luna no segundo trimestre de 2014 foi de US\$ 100 mil e de US\$ 9,1 milhões nos seis primeiros meses do ano. A empresa vendeu cada onça por cerca de US\$ 1.136.

O custo total de produção da Luna por onça de ouro foi de US\$ 913 no primeiro semestre e de US\$ 1.140 no segundo trimestre. O custo operacional por onça nos seis primeiros meses de 2014 foi de US\$ 1.027, enquanto no segundo trimestre do ano foi de US\$ 1.297. O custo total por onça no primeiro semestre foi de US\$ 1.184 e de US\$ 1.484 para o período de abril a junho deste ano.

A Luna Gold produziu 14.262 onças de ouro no segundo trimestre de 2014. O volume é 26,5% menor em relação ao primeiro trimestre de 2014, quando foram produzidas 19.414 onças de ouro. Nos três primeiros meses do ano, a mineradora vendeu 23.002 onças de ouro, 39,6% a mais do que as vendas registradas no segundo trimestre, de 13.822 onças de ouro.

A mineradora divulgou em 6 de agosto uma revisão da estimativa de produção de ouro e de custos da mina Aurizona para 2014. A meta de produzir 85 mil a 95 mil onças de

ouro neste ano foi reduzida para 75 mil a 80 mil onças de ouro. Segundo a Luna, a revisão foi feita com base na produção de ouro e nos custos do primeiro semestre de 2014.

A Luna também informou no início do mês que a conclusão de parte da primeira fase de expansão do projeto Aurizona será atrasada devido ao estouro de orçamento. Segundo a mineradora, a primeira fase de expansão foi adiada sem data para retomar os trabalhos devido ao fluxo de caixa inferior ao orçamento e às revisões das estimativas de capital. Os custos previstos aumentaram de US\$ 50 milhões para US\$ 63 milhões.

A Luna Gold é uma empresa canadense dedicada a operar, expandir e explorar projetos de ouro no Brasil onde é dona da Aurizona Mineração.

Fonte: Notícias de Mineração Brasil

45-15/08/2014

CLARIANT DUPLICARÁ SUA CAPACIDADE DE PRODUÇÃO DE ÉTER-AMINAS NO BRASIL

O investimento beneficiará clientes de mineração no Brasil e atenderá às necessidades de parceiros globais. A expansão duplicará a produção global de éter-aminas da Clariant até o fim de 2015.

A Clariant, uma das empresas líderes mundiais em especialidades químicas e uma das maiores fornecedoras mundiais de éter-aminas para a indústria de mineração, anunciou a ampliação da produção de éter-aminas em sua unidade de Suzano (SP), Brasil.

Com o objetivo de prover soluções especificamente às necessidades da indústria de mineração, a expansão planejada permitirá que a Clariant atenda à crescente demanda dos clientes no Brasil, bem como ofereça suporte a clientes globais que também estão ampliando sua capacidade de processamento de minérios.

“A Clariant tem o objetivo de expandir sua presença global na indústria de mineração, principalmente na América Latina, onde podemos aproveitar a nossa longa experiência no Brasil. Este investimento está alinhado à nossa estratégia de focar mercados em rápido crescimento, onde ocupamos uma posição de liderança”, comenta Christian Kohlpaintner, membro do Comitê Executivo da Clariant.

"Nossa ampla oferta de éter-aminas permite que nossos clientes beneficiem os minérios de menor qualidade, removendo a sílica e outros contaminantes, o que é crucial em função da reduzida disponibilidade global de jazidas minerais de alta qualidade", declarou Finlay Morrison, vice-presidente da Clariant Mining Solutions. "A expansão duplicará nossa capacidade produtiva global, permitindo que a oferta acompanhe o ritmo crescente da demanda mundial".

Éter-aminas são agentes essenciais empregados no processo de mineração, para beneficiar, entre outros, minério de ferro e fosfatos. A multimilionária expansão da capacidade produtiva da Clariant será concluída em duas fases, nos próximos 18 meses. A primeira etapa será finalizada no terceiro trimestre de 2014. A segunda, que duplicará a capacidade da unidade fabril, deverá ser concluída até o quarto trimestre de 2015.

A unidade de Suzano é o maior complexo de produção da Clariant na América Latina e tem fornecido soluções para a indústria de mineração há mais de 30 anos, atendendo não apenas às demandas do mercado brasileiro, mas também de clientes em todo o mundo.

Fonte: Segs

46-15/08/2014

BRAZIL MINERALS AUMENTA PARTICIPAÇÃO EM DUAS BARRAS PARA 86%

A Brazil Minerals aumentou sua participação na empresa brasileira Mineração Duas Barras para 86,88%. A companhia, que possuía 73,75% de participação, não informou quanto investiu para aumentar a participação em 13,13%. A Brazil Minerals produz ouro e diamante na mina de Duas Barras, em Minas Gerais.

“Expandir nossa participação em uma mina de ouro e diamante que conhecemos tão bem é um ótimo investimento. A Mineração Duas Barras é uma propriedade de primeiro nível, prova disso foi a visita do Gemological Institute of America [GIA], realizada nesta semana, e a quantidade de contatos espontâneos que recebemos de compradores de todo o mundo”, disse Marc Fogassa, presidente do Conselho e CEO da Brazil Minerals.

O executivo fez referência à visita do instituto gemológico da América, realizada ao longo desta semana. O GIA é um laboratório de referência para o mercado de diamantes, no que diz respeito à classificação de teores e certificações. Segundo a Brazil Minerals, a maioria dos diamantes que são cortados e polidos pela empresa é certificada e classificada pelo GIA.

“Desde a primeira vez que a Brazil Minerals se envolveu com a Mineração Duas Barras, nós tomamos conta da empresa em diversos aspectos e iniciamos estratégias que aumentaram o valor da empresa. Estamos orgulhosos da transformação que realizamos na empresa nos últimos 15 meses”, afirmou Fogassa.

A Brazil Minerals, em 3 de junho, aumentou sua participação Mineração Duas Barras para 73,75%. A companhia, que possuía 55% de participação, adquiriu mais 18,75% por meio de um pagamento de US\$ 500 mil e da emissão de 675 mil ações ordinárias.

No ano passado, a participação da Brazil Minerals em Duas Barras, Minas Gerais, gerou receita de US\$ 792 mil. Do total, 69% foram gerados pela venda de diamantes brutos e 31% pela venda de ouro.

A Mineração Duas Barras é uma empresa brasileira que detém dois direitos minerários que abrangem uma área de 1.404 hectares, incluindo uma concessão de lavra para produzir diamantes e ouro.

A Brazil Minerals é uma produtora de diamante e ouro, que desenvolve projetos de vanádio, titânio e ferro pelo Brasil. Além da mina Duas Barras, a empresa é proprietária de direitos minerários em Borba, área com potencial de ouro no Amazonas.

Fonte: Notícias de Mineração Brasil

47-15/08/2014

METSO ASSINA CONTRATO COM UNIVERSIDADE DE QUEENSLAND

A Metso assinou acordo de pesquisa estratégica por cinco anos com a divisão JKTech da Universidade de Queensland para o desenvolvimento de tecnologias e serviços de próxima geração para a concentração de minerais de baixo consumo. O acordo faz parte de um programa onde a Metso e a JKTech SPA irão cooperar com as principais empresas de mineração do Chile para desenvolver um processo de mineração inovador no país. O trabalho será desenvolvido em minas existentes no Chile e terão como foco as necessidades estratégicas dos clientes locais.

Os quatro principais temas de pesquisa do programa são moagem primária, moinho de bolas, classificação e flotação de partículas grossas. Os principais objetivos operacionais são a produtividade e eficiência energética e de água. "O objetivo deste programa exclusivo de pesquisa é adotar medidas mais sérias para o desenvolvimento de equipamentos e métodos, que permitirão a construção do concentrador mineral de última geração. Uma característica muito interessante do programa é que cada tecnologia oferece a possibilidade de melhorar o desempenho da planta existente e pode ser utilizado em outras minas ao redor do mundo também.

Para a Metso, o programa oferece uma forma de fortalecer tanto o relacionamento com as principais empresas de mineração do Chile, bem como a posição de mercado como fornecedor de energia, tecnologia de processamento e serviços na área de mineração", afirma João Ney Colagrossi, Presidente da Mineração e Construção da Metso. As duas partes negociam agora com mineradoras chilenas interessadas no programa e modelo de co-criação para o desenvolvimento tecnológico.

Fonte: Brasil Mineral

48-15/08/2014

EMPRESA DE MINÉRIO RECEBE SELO DE SUSTENTABILIDADE POR ATIVIDADES ECOLÓGICAS

A Samarco Mineração investiu mais de R\$ 183 milhões em ações com foco na redução de impactos, na eficiência energética e na conservação da biodiversidade em 2013

Durante todo ano, na região de Anchieta, no Estado do Espírito Santo, são registradas a ocorrência de presença das tartarugas verde (*Cheloniemydas*) e tartaruga de pente (*Eretmochelysimbricata*), procurando locais para alimentação e repouso. No entanto, no período, entre setembro a março, ocorre a predominância do ciclo de reprodução da espécie tartaruga cabeçuda, *Carettacaretta*, sendo a época mais sensível da região.

De acordo com dados de monitoramento na região realizados pela Fundação Pró-TAMAR/ICMBio, as praias do local apresentam uma faixa de densidade de registros de desovas entre 90 a 100 ocorrências/ano. As áreas de desovas e nascimentos das tartarugas compreendem da praia Castelhanos até as praias do Além e de Mãe-Bá, últimas adjacentes ao Porto e Pátio de operações da empresa Samarco Mineração. Esta é só uma das preocupações que a companhia de minério tem com o meio ambiente.

Devido às iniciativas, a empresa recebeu o selo de sustentabilidade do Programa Benchmarking Brasil 2014, criado pelo Instituto Mais.

Somente em melhorias na gestão ambiental, em 2013, a Samarco investiu mais de R\$ 183 milhões em ações com foco na redução de impactos, na eficiência energética e na conservação da biodiversidade. Estudos e projetos internos destinados ao gerenciamento e à disposição de subprodutos dos processos da mineração da corporação receberam investimentos R\$ 5,3 milhões no último ano.

Outra iniciativa da Samarco que marcou 2013 foi a conclusão das ações previstas no Termo de Compromisso Ambiental (TCA), firmado em 2009, voluntariamente, pela Samarco com o Ministério Público do Espírito Santo. No TCA, foram investidos cerca de R\$ 250 milhões em sete ações que aprimoraram o controle e reduziram a emissão de material particulado na unidade de Ubu, no município de Anchieta (ES). Entre elas, a implantação das Wind Fences (barreiras de vento), que permitiram 76% de redução nas emissões de particulados dos pátios de estocagem.

Para 2014, os recursos aplicados à atual carteira de projetos de ecoeficiência da Samarco serão ampliados e devem atingir aproximadamente R\$ 22 milhões.

Fonte: Pensamento Verde